

USP vive “apagão” de dados sobre evasão

Informações sobre estudantes que abandonam cursos não são divulgadas há seis anos

ENTREVISTA

Sophia Chablau: “Melhor viver do que ser blasé” p.3

ESPORTES

Estruturas excludentes em cargos de atléticas

Casos evidenciam racismo na escolha de membros dessas entidades p.4

CULTURA

Desnudando o FODUSP

Universidade tem mapa informal de sexo em espaços públicos p.14

USP 90 ANOS

No Universo da Ditadura, a USP está em toda parte

Como a USP forneceu informações sobre alunos e professores ao Regime Militar p.6

UNIVERSIDADE

USP vive colapso no processo de compras

Nova Lei de Licitações aumenta transparência, mas amplifica processos burocráticos p.11

Representatividade em questão

MATEUS NETZEL *

EDITORIAL

Na USP, quem não é visto, não é lembrado

CHARGES

VITOR ODA



Durante uma das reuniões de pauta que definiu as reportagens desta edição, uma provocação foi levantada: O que é ser um aluno notável na Universidade de São Paulo?

A resposta não é simples de obter, tampouco consensual. A Universidade, durante seus 90 anos, abrigou diferentes perfis de alunos: de Chico Buarque a Mário Covas, de Lygia Fagundes Telles a William Bonner.

A mesma Universidade que abriu portas para pessoas que agora estão marcadas na história como grandes artistas, comunicadores e políticos, tem no presente uma geração de alunos notáveis lutando para serem notados.

Alegações de escassez de auxílios financeiros fazem alunos se abrigarem em alojamentos abaixo da arquibancada do Centro de Práticas Esportivas da USP (confira p. 8 e 9). O ambiente de estudo torna-se hostil quando uma aluna é humilhada por um professor em sala de aula (p. 7), e estudantes que buscam estágios no 1o ano da graduação – evidenciando o conflito entre sustento e vida acadêmica – sofrem recusa de suas unidades de origem (p. 10).

O que as 14 páginas a seguir se propõem a refletir e expor são as tantas camadas de permanência estudantil que ainda tardam por existir na USP. É sobre ter onde morar, mas também sobre poder expressar a si mesmo (p.15) e deixar sua marca na trajetória de excelência acadêmica da Universidade (p. 5). São retratos, recordados pela atualidade, de problemas insistentes, que volta e meia se tornam o fio condutor do *Jornal do Campus*.

“Quem não é visto, não é lembrado”, ditado que dá nome a este editorial, é um lembrete de que não é possível ser notável sem ser notado. Ao final do trabalho de apuração e entrevistas, a pergunta que permanece é: quantos alunos notáveis a USP – e consequentemente, a sociedade – perdem? Esperamos que esse olhar crítico acompanhe você, leitora, leitor.

Na edição de maio do *Jornal do Campus* (JC), a primeira da turma de 2024 dá logo de cara o tom de como deve ser a cobertura do jornal: não se resumir a simples relatos, mas questionar e refletir questões que interessam aos que vivem a Universidade. O que se lê nas páginas que se seguem é a materialização desse propósito, com muito mais acertos do que erros.

As relações da USP com sua comunidade e com a sociedade em geral são o eixo central do trabalho do JC e isso fica evidente ao longo da edição. Reportagens sobre as bancas contra fraudes raciais, o possível impacto da reforma tributária no financiamento das universidades paulistas e a situação da dengue inserem a Universidade num contexto mais amplo.

O olhar para a origem elitista da USP, na seção Em Pauta, ajuda a entender melhor o descolamento entre a Universidade e setores da sociedade. Isso é exemplificado no texto sobre os ataques ao estudo sobre o número de manifestantes bolsonaristas nas ruas em fevereiro.

Mesmo reportagens sobre questões específicas da USP, como a proposta de novas linhas de circulares e a construção da Criateca espelham problemas enfrentados fora da Universidade, como a falta de representatividade e participação social na decisão sobre obras e espaços públicos.

Outro acerto foi evidenciar o distanciamento entre discurso e a prática no caso dos trotes em alguns campi. Apesar de proibida, a prática persiste e a estrutura criada para combatê-la e denunciá-la só existe na teoria, como as repórteres demonstraram na prática.

Com tantos questionamentos e reflexões relevantes, no entanto, foi justamente a reportagem com o prestígio da principal chamada do jornal que ficou mais próxima do simples relato que a edição tentou evitar.

O destaque na capa cumpriu o nobre papel de dar visibilidade ao debate que falta (como aponta a chamada na página interna) sobre a inclusão de transexuais no esporte universitário e na sociedade. Mas o texto em si acabou restrito a meia página quase no fim da edição. Não houve espaço para se aprofundar nos obstáculos que as pessoas trans enfrentam nem nas histórias dos três personagens que são retratadas em não mais que um parágrafo cada um.

Foi desperdiçada a oportunidade de trazer ao leitor mais sobre a história dessas pessoas, bem como mais informações sobre os termos em que o debate da inclusão trans no esporte se encontra na sociedade. Não faltam exemplos atuais que levantam essa discussão.

Que as próximas edições continuem a tratar a USP como integrante ativa da sociedade e não percam chances de oferecer um olhar aprofundado sobre todos seus destaques.

*Mateus Netzel, jornalista formado pela USP, é diretor-executivo do jornal digital Poder360

SIGA E PARTICIPE!



/jornaldocampus

JORNAL DO
CAMPUS

Universidade de São Paulo – Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior. Vice-Reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda. Escola de Comunicações e Artes – Diretora: Brasilina Passarelli. Vice-Diretor: Eduardo Monteiro. Departamento de Jornalismo e Editoração – Chefe: Luciano Guimarães. Chefe Suplente: Wagner Souza e Silva. *Jornal do Campus* – Professores responsáveis: Rodrigo Pelegrini Ratier, Luciano Guimarães e Wagner Souza e Silva. Redação – Secretárias de Redação: Alessandra Ueno, Bárbara Bigas. Editoria de Arte – Editoras: Carolina Sena, Ester de Brito. Arte: Beatriz Pecinato, Billie C. Fernandes, Gabriel Bussolotti Silveira, Julia Ayumi Takeashi, Júlia Moreira, Mariana Rossi, Nicolas Vaz Coelho, Suelyton Viana, Tulio Gonzaga. Editoria de Fotografia – Editoras: Júlia Moreira, Mariana Rossi. Fotógrafos: Bárbara Bigas, Camila Sales Machado, Cecília de O. Freitas, Carolina Sena, Ester de Brito, Gabriel Bussolotti Silveira, Gustavo R. da Silva, Ingrid Gonzaga, João Pedro Abdo, Júlia Galvão. Editoria Online e Redes Sociais – Editoras: Maria Fernanda Barros, Raquel Tiemi. Opinião/Diálogos – Editora: Cecília de O. Freitas. Repórteres: Alessandra Ueno, Bárbara Bigas, Suelyton Viana. Entrevista – Editora: Cecília de O. Freitas. Repórteres: Gabriel Bussolotti Silveira, João Pedro Abdo, Mariana Rossi. Universidade – Editores: Camila Sales Machado, Luana Takahashi. Repórteres: Bárbara Bigas, Beatriz Pecinato, Cecília de O. Freitas, Gustavo R. da Silva, Júlia Estanislau, Júlia Galvão, Júlia Moreira, Nicolas Vaz Coelho, Raquel Tiemi, Túlio Gonzaga. Em Pauta – Editores: Gustavo R. da Silva, Júlia Galvão. Repórteres: Caio Andrade, Camila Sales Machado, Carolina Sena, Julia Ayumi Takeashi, Júlia Moreira, Luana Takahashi. Cultura – Editora: Julia Ayumi Takeashi. Repórteres: Caio Andrade, Ester de Brito, Luana Takahashi, Maria Fernanda Barros, Nicolas Vaz Coelho, Suelyton Viana. Esporte – Editora: Camilly Rosaboni. Repórter: Beatriz Pecinato, Raquel Tiemi. Ciência – Editor: Nicolas Vaz Coelho. Repórteres: Gustavo R. da Silva, Ingrid Gonzaga, Júlia Estanislau, Maria Fernanda Barros. USP90 Anos – Editora: Raquel Tiemi. Repórteres: Ingrid Gonzaga, João Pedro Abdo, Mariana Rossi. Endereço: Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 433, prédio 2, sala 19, Cidade Universitária, São Paulo, SP, CEP 05508-020. Telefone: (11) 3091-4211. Impressão: DNA Gráfica Digital. O *Jornal do Campus* é produzido pelos alunos do 5º semestre do curso de Jornalismo Noturno, como parte das disciplinas Laboratório de Jornalismo: *Jornal do Campus* e Laboratório de Fotojornalismo.



O SOM DE SOPHIA

Cantora e recém-formada em geografia pela USP, Sophia Chablau reflete sobre música, universidade e política

GABRIEL SILVEIRA, JOÃO PEDRO ABDO
E MARIANA ROSSI [REPORTAGEM]

Cantora, compositora e ex-aluna do curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Sophia Chablau tem 24 anos e um trabalho musical reconhecido pela crítica e pelo público. Em 2023, ela lançou dois álbuns de inéditas com suas duas bandas, Besouro Mulher, que também conta com os músicos Arthur Merlino, Bento Pestana e Vitor Park, e Sophia Chablau e Uma Enorme Perda de Tempo, formada em parceria com Téo Serson, Theo Ceccato e Vicente Tassara.

A história de Sophia na música tem capítulos almeçados por qualquer veterano. Uma indicação ao prêmio de Artista Revelação da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), uma menção pela revista musical Spin, e uma parceria com o músico e professor José Miguel Wisnik são alguns dos fatos que valem ser destacados.

Além de sua carreira musical, Sophia é um show à parte. Teve um papel de destaque nas ocupações secundaristas que tomaram conta do país em 2016, momento no qual foi sendo rebatizada com o nome que lhe acompanha até hoje: Chablau – referência ao bordão da série Larica Total, híbrido de programa humorístico e culinário. Romântica, ela acredita na universidade pública e adora cinema. O **Jornal do Campus (JC)** conversou com Sophia sobre música, filmes, Geografia, movimento estudantil e muito mais.

JC: Em 2023, a USP ficou semanas parada por causa da greve dos estudantes. Sophia Chablau e Uma Enorme Perda de Tempo se apresentou no Grave na Greve, um festival que rolou durante a mobilização. Como foi tocar no Vão da FFLCH?

Sophia: Foi maravilhoso! Eu queria ter feito isso antes. Eu já tinha tocado na USP em vários lugares, mas o Vão é demais. Também fiquei muito feliz com os bons resultados da greve. Foi legal participar disso tudo com a música. Eu tenho dificuldade de conciliar minhas vontades mais revolucionárias com o meu trabalho. Então, ter somado dessa maneira me deixou muito feliz. Foi um dia iluminado. Até me joguei na roda punk!

JC: A música sempre esteve na sua vida e foi tendo cada vez mais importância. Então, por que fazer faculdade em outra área e por que especificamente a Geografia?

Sophia: Eu tentei fazer faculdade de Música, mas foi uma catástrofe e reprovei em todas as matérias. Na Geografia foi assim também, sempre fui muito mal, mas eu gosto de Geografia desde que eu me conheço por gente. Ela é o grande tesão da existência humana, porque é o estar no espaço. Em qualquer lugar, todo mundo entende Geografia, você tem que saber onde você está, o porquê de você estar lá.

Mas eu ia trancar esse curso também. Eu pensava: “não tenho

capacidade, estou bombando em tudo, não me sinto bem nesse lugar”. No dia que eu estava enviando os documentos para trancar, no meio da pandemia, chegou a lista de selecionados na Iniciação Científica e eu fui aprovada em último lugar. Aí não larguei o curso e me formei. Então se tem uma coisa que eu acredito é em permanência, porque foi a bolsa que me fez ficar. Óbvio, tem gente que precisa de permanência para comer, para moradia, mas também na universidade a gente leva tanta rasteira que às vezes você precisa de um incentivo para continuar.

JC: Além da graduação, como você vive a USP?

Sophia: Eu já tive, como na canção, várias Idas e Vindas do Amor com a USP. Mas, agora, tenho me sentido muito bem aqui. Eu acho que a universidade tem passado por muitas mudanças, principalmente, depois das cotas. As pessoas estão vivendo o campus de uma forma diferente, se apoderando mais do espaço.

Eu gosto muito de cinema. É uma coisa pela qual me apaixonei recentemente, porque a minha namorada trabalha com isso e também porque fiz uma cirurgia no ombro. Eu não conseguia tocar, desenhar, escrever, então ficava vendo filmes. Eu já gostava muito da programação do Cinusp, mas depois dessa imersão no cinema, comecei a frequentar bastante tanto a sala do campus da Cidade Universitária quanto a sala de cinema da Maria Antônia. Não

existe cinema de rua perto da minha casa, então gosto de vir aqui na USP.

JC: Como você vê o movimento estudantil universitário?

Sophia: O movimento estudantil universitário tem mudado bastante nos últimos anos. Confesso que depois de ter participado das ocupações em 2015, não me envolvi com muita coisa. É uma autocritica, porque deveria ter me envolvido mais. Eu acho que o movimento estudantil universitário é muito necessário, mas me incomoda um pouco uma certa tendência à repetição dos discursos. Eu gosto muito quando vejo discursos diferentes, porque eles arejam o movimento. Existe também uma coisa um pouco “pavônica” em alguns assembleias.

Eu acredito em outras organizações. Por exemplo, o Emancipa, um movimento de educação popular de que faço parte sendo professora de Geografia e coordenadora de cursinho. Sinto que ali [no Emancipa] consigo perceber o discurso sendo um pouco mais arejado. Essa é a minha única crítica, porque o movimento estudantil é muito necessário. Acredito em permanência e que a universidade deve ser para todos. Mas o movimento estudantil universitário afastou muitas pessoas e me afastou também. Eu apoio todos os movimentos, mas eu sinto que a dinâmica do movimento estudantil tem que ser mais democrática.



A entrevista foi gravada e está disponível em formato de podcast. Para ouvir a Sophia tocando e a conversa na íntegra, aponte o seu celular para o QR code acima.

▶ ATLÉTICAS

Faltam pessoas pretas e pardas em cargos executivos de atléticas

Casos recentes na USP evidenciam racismo e estruturas excludentes na escolha de membros dessas entidades

BEATRIZ PECINATO, JÚLIA GALVÃO
E RAQUEL TIEMI [REPORTAGEM]

Tradicionalmente, o feriado de Corpus Christi registra um evento importante para algumas faculdades paulistas: os Jogos Universitários de Comunicação e Arte, o Juca. Organizado por alunos das oito faculdades participantes, o campeonato deste ano ficou marcado pela ausência de pessoas pretas e pardas na comissão organizadora da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA), chamada de “Ofício Juca”.

“É impossível determinar quando a ECA irá conquistar o tão sonhado tricampeonato no Juca, mas a grande verdade é que nestes jogos já começamos perdendo”, relata o Coletivo Opá Negra, organização formada por estudantes negros da ECA, em nota de repúdio divulgada nas redes sociais.

O texto aponta que o coletivo recebeu relatos de alunos que se declaram pretos e pardos e que não conseguiram entrar no ofício. A organização apontou que os critérios de escolha “seriam passíveis de questionamentos por toda a comunidade discente da Universidade”.

Em entrevista ao *Jornal do Campus*, Antônio Misquey, Diretor Geral de Esportes Juca da Ecatlética e membro do ofício, explica que não há um estatuto para a formação da comissão. Porém, antes da pandemia, a escolha dos participantes passava pela seleção de um número maior de pessoas. “Tradicionalmente, havia uma reunião da atlética como um todo para essa escolha. Acredito que não ter feito isso tenha sido o nosso erro”, diz.

A escolha dos membros da comissão foi feita, assim, por pessoas do ofício e não passou pela avaliação da Atlética, processo que poderia evitar a influência de preferências pessoais e a falta de uma visão inclusiva.

Além de membros da gestão, a organização conta com a presença de pessoas que devem fazer parte da direção seguinte – é uma forma de aprendizado das funções. Essa seleção, no entanto, também foi feita pelos membros do ofício.

Dois dias após a divulgação da nota de repúdio, a Ecatlética

se pronunciou, em suas redes sociais, pedindo desculpas “pela condução do processo de seleção”, e se comprometendo a promover um espaço mais diverso em todo o âmbito universitário.

Após a resposta da atlética, a Opá Negra, junto com a Bateria e com o Sindicato Aurirroxo, também entidades ecanas, lançaram um pronunciamento em que se comprometeram com a construção de uma torcida antirracista durante os jogos.

Diogo Spinelli, membro da Bateria e do Sindicato, diz que o pronunciamento foi pensado pelas entidades como forma de instituir uma luta contínua. “O processo de inclusão tem que ser ativo e não passivo. Quando você fala que quer incluir mais pessoas, você precisa caminhar para ir ao encontro da inclusão. Não adianta você ficar parado e dizer que está ‘aberto’”, principalmente quanto à questão racial. O racismo é um limitador de oportunidades”.

to’, principalmente quanto à questão racial. O racismo é um limitador de oportunidades”.

RACISMO NA USP

Esse não é o único caso recente envolvendo uma atlética universitária. Em 7 de março, a Associação Atlética Acadêmica de Farmácia e Bioquímica fez uma postagem apresentando os membros da gestão. A montagem apresentava a presidente como Sinhá “para dar ordens e chicotadas”. A sentença, que faz alusão à época da escravidão, rapidamente foi criticada.

Após o episódio, três pedidos de desculpas foram postados nas mídias da associação, em que lamentavam “reproduzir e praticar o racismo estrutural”. No dia 12 de março, a gestão renunciou, coletivamente, aos cargos.

O Tarja Preta, Coletivo Negro da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF), se pronunciou

contra a atlética a respeito do caso de racismo. Na época em que o post foi feito, a organização soltou uma nota nas redes sociais repudiando a ação, denunciou a gestão e a entidade para os órgãos da FCF e USP.

A Faculdade publicou ainda uma nota de repúdio às ações, mas os membros do coletivo ressaltaram que, até agora, nenhuma ação foi tomada. A Comissão de Inclusão e Pertencimento da unidade entrou em contato com o coletivo para elaborar atividades que construam pensamento crítico.

O JC conversou com a atual presidente da atlética, Júlia Bicaletto, para entender como está a situação da associação. Ela esclareceu que a entidade buscou contato com o coletivo Tarja Preta na intenção de “construir coisas juntos para realmente mudar esse cenário”. A

estudante foi questionada sobre que políticas estariam sendo feitas, mas declarou que “não queremos divulgar nada antes de estar tudo concreto e discutido com eles [o coletivo]”.

Sobre mudanças na formação da atlética, a presidente disse que cinco pessoas pretas e pardas fazem parte da atual gestão, composta por 13 pessoas.

PERTENCIMENTO

Casos como das atléticas da ECA e da FCF são exemplos de como a falta de representatividade e inclusão da diversidade impactam o pertencimento de estudantes pretos e pardos na universidade. Susane Petinelli-Souza, professora e pesquisadora das relações sociais, raciais e de gênero no âmbito universitário, explica que, além dos desafios de permanência, esses alunos lidam com questões psicológicas.

“Eles encaram dificuldades emocionais para enfrentar certos desafios no seu dia a dia, como lidar com o sofrimento de não se sentir aceito em determinados espaços ou representado em algumas esferas da universidade”, afirma Susane.

Na Atlética da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), todos os cargos executivos são ocupados por pessoas negras. “Motomami”, a primeira presidente negra, comenta sobre o pioneirismo no cargo. “Eu escutei bastante de calouros que se sentiram representados e é isso que vai fazer com que outras pessoas pretas enxerguem que elas podem estar lá”, afirma ao JC.

POSSÍVEIS SOLUÇÕES?

Para Susane e Motomami, o primeiro passo é integrar representantes de raças, etnias, gêneros e histórias diferentes para pensar em soluções. “Pessoas que vêm dos mesmos lugares e pensam igual não é nada produtivo. Acredito que, com mais diversidade, todos os espaços de decisão organizacionais têm a ganhar”, afirma.

Na visão de Susane, sejam cotas ou medidas de incentivo, a institucionalização dos mecanismos de inclusão assumem um papel a longo prazo. Considerando quem estiver na direção, existirá uma indicação do caminho a ser seguido.



1

▶ PESQUISAS

Divulgação da ciência, ou a arte de simplificar sem simplismos

Tarefa de apresentar os principais frutos da universidade pública sofre menos preconceito, mas ainda falta incentivo

INGRID GONZAGA E JULIA ESTANISLAU
[REPORTAGEM]

Imagine explicar que a luz, na verdade, se comporta como partícula (chamada de fóton), e que os elétrons podem estar em todos os lugares e só se tornam reais quando interagem, de maneira aleatória, com alguma outra coisa. Isso é divulgação científica: explicar e simplificar teorias e experimentos científicos que, para quem não os estuda, parecem complicados demais.

O boletim “Dia e Noite com as Estrelas”, criado por Ramachrisna Teixeira, professor do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG), junto com seus alunos bolsistas do Observatório Abrahão de Moraes, em Valinhos, tem o mesmo propósito.

Publicado pela primeira vez em setembro de 2020 com o objetivo de fazer uma divulgação científica de boa qualidade, o projeto também mira na formação. “Os

estudantes têm de resumir um texto em 400 palavras. Tem todo um aspecto de síntese que temos que fazer daquilo que lemos e queremos colocar no papel, e um aspecto gramatical, de clareza da escrita. É algo essencial para a carreira acadêmica”, diz Teixeira.

Focado em astronomia, o “Dia e Noite com as Estrelas” opta por não usar termos complexos e fazer explicações simples para que todos consigam entender. “A ideia é que a pessoa possa abrir o celular e ter uma leitura rápida daquilo”, diz Suellen de Goes Camilo, estudante de física na USP e colaboradora voluntária do boletim.

Também na época da pandemia, Luiza Caires começou a fazer divulgação científica em suas redes sociais. Jornalista e mestre em comunicação pela USP, ela exerce o papel em conjunto com seu trabalho de editora de Ciências do Jornal da USP. Luiza costuma divulgar temas que considera interessantes.

“É essencial para ingressantes mostrar que há como participar de divulgação científica dentro da faculdade. Me ajudou e sinto que vai ajudar outras pessoas”

Suellen Camilo, estudante do Instituto de Física



Suellen Camilo mantém desde a escola perfil no Instagram sobre ciências

ROCHAS NO CAMINHO São algumas as dificuldades do ofício. Tanto Suellen como Teixeira dizem que é importante tomar cuidado na hora de simplificar uma pesquisa, pois alguns termos podem ser usados e explicados de forma errada.

Além disso, o professor lista outros entraves. “Houve uma época em que fazer divulgação na universidade era quase pejorativo”, diz. “Antes, era visto como uma desistência da carreira científica. Hoje, a universidade está mais aberta para esse tipo de produção, mas demonstra pouco interesse em acompanhar os projetos, mesmo financiando-os”, explica.

A tradução de pesquisas internacionais e a replicação da mesma notícia em vários jornais também são problemas apontados pelo professor. Ele diz que as pessoas que fazem comunicação

científica fora da academia — como jornalistas e youtubers — têm um “instinto de preservação do nicho que criaram” e fecham as portas para a participação de alguns pesquisadores ou divulgadores.

Ainda na mídia hegemônica, a busca pela audiência impede a escolha de temas científicos mais aprofundados. De acordo com Luiza, é desafiador conciliar “algo que seja curioso, mas que seja de interesse público. Às vezes, algo que é muito relevante não chama atenção”, explica.

Também são poucos os divulgadores científicos que conseguem se sustentar financeiramente apenas com a divulgação. Em geral, as pessoas têm uma outra atividade profissional com a qual conciliam o papel de divulgadores.

Ambiente acadêmico hostil desestimula alunos na pós

Estudantes apontam a insegurança financeira e o processo seletivo excludente como os principais desafios

GUSTAVO ROBERTO DA SILVA E
MÁRIA FERNANDA BARROS [REPORTAGEM]

Nos anos de 2021 e 2022, o número de ingressantes nos programas de pós-graduação caiu em mais de 11% no Brasil, segundo os dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). As informações disponibilizadas pelo órgão ainda indicam que a queda de participação foi o suficiente para causar uma ociosidade de vagas, tanto nos cursos de mestrado quanto nos de doutorado.

Ainda que a pandemia possa ter influenciado os maus resultados do biênio, a baixa procura passa longe de ser apenas uma falta de interesse dos estudantes pela área acadêmica, analisa Alessandra Garcia, mestrande na Universidade de São Paulo (USP) e fundadora do Itéramãxe, instituto que atua em prol da continuidade dos estudos universitários. Na visão da pesquisadora, as estruturas que definem o ambiente de pesquisa na Universidade desestimulam a participação estudantil.



Com baixo incentivo, estudantes passam por dificuldades de permanência

Mesmo após a adoção de políticas afirmativas na graduação e em diversos editais de pós-graduação, a Universidade ainda mantém uma série de barreiras que afetam, principalmente, pessoas em situação de vulnerabilidade social. Alessandra diz isso, inclusive, por experiência própria: “O Itéramãxe nasceu de uma dificuldade minha de quando eu tentei prestar mestrado, do não conhecimento da linguagem acadêmica, da obrigatoriedade da língua estrangeira e até mesmo da dificuldade em entender a bibliografia que era solicitada”.

“Muitas pessoas já entram pensando que vão conseguir uma bolsa para desenvolver suas pesquisas. Mas nem sempre isso acontece”

Alessandra Garcia, fundadora do Itéramãxe

Segundo Alessandra, há a necessidade de uma flexibilização ou modificação nas formas de acesso — a advogada cita a obrigatoriedade de proficiência em inglês como um exemplo de forma de exclusão dos estudantes.

Além dos obstáculos no ingresso, há quem não consiga permanecer no ambiente acadêmico. “A permanência na pós-graduação esbarra na questão financeira, no tempo para se dedicar ao projeto de pesquisa e na luta pela sobrevivência, porque a pessoa precisa trabalhar, ela precisa do dinheiro dela”, constata Alessandra.

Essas adversidades forçam muitos estudantes a desistirem de produzir pesquisas: “Já tivemos muitos casos de pessoas que queriam largar, mas fizemos de tudo pela manutenção”, relata a coordenadora do Itéramãxe. Atualmente, o grupo tenta reverter esse cenário realizando mentorias com alunos em situação de vulnerabilidade social que desejam se dedicar à área acadêmica.

Fabi Silva, aluna da pós graduação da USP no curso de Humani-

dades, Direitos e Outras Legitimidades, relata sentir dificuldades em se adequar ao formato tradicional de pesquisa desde a graduação. “O ambiente é bastante hostil, as dinâmicas são estruturadas de uma forma que a gente não se reconhece nelas. É difícil experienciar todo esse processo que é a pós-graduação ou o Ensino Superior sem tantos atravessamentos violentos, que é o que normalmente acontece”.

Para um dos mentorados do Itéramãxe, as dificuldades impostas pela Universidade ao ingresso dos estudantes na área acadêmica vem desde o vestibular. Marcos Paulo, que aguarda o resultado final do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades 2024, se vê como um dos poucos, de onde ele veio, que se permitiram sonhar em ingressar na USP. “As pessoas de baixa renda não se imaginam estudando aqui. Por muitos anos, foi construída uma imagem de que aquele espaço não era para elas”.

▶ HISTÓRIA MANCHADA

CONFIDENCIAL



Cúmplice da ditadura? USP ainda evita autocrítica

“A Aesi é a história mais triste que a USP carrega”, afirma presidente da Comissão da Verdade da Universidade



INGRID GONZAGA, JOÃO PEDRO ABDO
E MARIANA ROSSI [REPORTAGEM]

A Universidade de São Paulo teve sua história marcada pela ditadura militar (1964-1985). Segundo a Comissão Nacional da Verdade, um total de 434 pessoas foram mortas ou desapareceram durante o período. Dessas, 47 faziam parte do corpo social da USP como alunos, professores ou funcionários, somando quase 11% do número total de vítimas.

Por outro lado, a Universidade também teve um papel importante na consolidação do golpe de 1964. O reitor à época, Luís Antônio da Gama e Silva, era professor da Faculdade de Direito e foi o redator do Ato Institucional nº 5 (AI-5), responsável pela cassação das liberdades democráticas e pelo fechamento do Congresso Nacional, o que iniciou a fase mais violenta do período.

Outro órgão importante para entender o papel institucional que a USP desempenhou na ditadura é a Assessoria Especial de Segurança e Informação (Aesi), criada em 1972. Era uma estrutura típica de universidades federais, mas foi instaurada na USP por iniciativa do reitor Miguel Reale (1969-1973). A Aesi repassava informações sobre alunos e professores ao Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão de inteligência do regime, e influenciava internamente na contratação de professores da Universidade.

As violações de direitos humanos praticadas pela Aesi e pela Universidade foram apuradas pela Comissão da Verdade (CV) da USP, formada em 2013.

Acabar com o pensamento crítico era importante para o regime militar governar de forma autoritária. Por isso eles montaram essas agências de informação

Janice Theodoro da Silva, professora aposentada da FFLCH

Um dos 11 volumes do relatório final publicado em 2018 é inteiramente dedicado à assessoria e demonstra uma perseguição ideológica a ideias de esquerda.

A professora titular aposentada do departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, Janice Theodoro da Silva, que presidiu a comissão e coordenou a redação do relatório, explica que era uma preocupação do governo militar tirar das instituições de ensino indivíduos que denunciavam as desigualdades da sociedade brasileira. “Eles queriam fazer uma limpeza em todo o aparato público, retirando aquelas pessoas com uma visão que tendesse a um estado de bem-estar social e possibilitasse o pensamento crítico. Para isso, recorreram a um projeto de inteligência”, conta Janice.

VIDAS INTERROMPIDAS

O relatório lista o nome dos membros da comunidade universitária que foram perseguidos, desaparecidos e mortos pelo regime. Ele cita não só os casos de pessoas que perderam suas vidas por consequência dos danos físicos de torturas e atropelamentos, mas os que não suportaram o peso das humilhações e cometeram suicídio. É o caso de Juan Antonio Carrasco Forrastal e de Tito de Alencar Lima – o primeiro sequer estava envolvido em organizações políticas –, que atentaram contra a própria vida após serem libertados pelo regime.

Houve também casos em que, na tentativa de isentar o Estado da responsabilidade por seus cri-

mes, as mortes por tortura eram falsamente notificadas como suicídio. Um dos casos mais emblemáticos é o de Vladimir Herzog, jornalista e professor da Escola de Comunicações e Artes. Mas não foi o único. Antonio Benetazzo, Iara Iavelberg e Olavo Hansen são alguns dos que sofreram a mesma violência.

E, apesar de ser celebrada como um dos principais centros de resistência ao regime militar, a USP como instituição agiu com violência contra seus membros perseguidos.

No caso de Ana Rosa Kucinski, professora do Instituto de Química, a Reitoria ignorou indícios, trazidos por seus familiares e por publicações de jornais, de que ela havia sido sequestrada e a dispensou por “abandono de função”. O erro foi corrigido anos mais tarde, com um pedido formal de desculpas à sua família. Outros docentes passaram pelo mesmo processo de desligamento após desaparecimentos, mas não tiveram suas honras restauradas nem mesmo por um tardio perdão.

LEGADO DA CV

Pouco mais de cinco anos após o lançamento do relatório – que revelou a existência e o funcionamento da Aesi dentro das estruturas da instituição –, a presidente da comissão afirma que sente que o documento foi sabotado dentro da Universidade. Divergências quanto ao grupo responsável por conduzir a comissão, falta de poder de investigação – especialmente sobre a Faculdade de Medicina – e até escassez de dinheiro foram alguns dos problemas enfrentados.

A comissão contou com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para bolsas de iniciação científica. A pouca idade dos pesquisadores parecia um problema no começo, mas foi, para Janice, o que levou o projeto adiante. “A energia para fazer todos os volumes só a juventude iria ter”, pontua.

A pesquisadora também afirma que nunca conseguiu dinheiro para imprimir, encadernar e colocar o relatório nas bibliotecas. “O documento vai para o esquecimento. Tanto por indiferença com os acontecimentos ou por

simplesmente não saberem que esse relatório existe”.

Evitar o esquecimento sobre as práticas da Aesi é justamente um dos objetivos do relatório. “É muito ruim saber que houve essa ‘deduração oficializada’, que professores foram perseguidos e outros deixaram de ser contratados, mas é bom que a CV tenha trazido a Aesi à tona. A ideia é que os fatos sejam contados para que não se corra risco de ver esses abusos se repetirem”, defende Camilo Vannuchi, jornalista, professor de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero e primo de Alexandre Vannucchi Leme, estudante morto pela ditadura militar.

Consultada pela reportagem, a Reitoria da USP afirma que, para reparar danos desse período, “muitas das recomendações sugeridas pela Comissão já foram acatadas pela Universidade, como a diplomação de 31 estudantes que não concluíram seus cursos na época da ditadura”. A cerimônia, realizada em dezembro de 2023, faz parte do projeto Diplomação da Resistência e é uma iniciativa da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP) e da vereadora paulistana Luna Zarattini (PT).

Mas, para Janice, a história da Aesi ainda não está encerrada. “A Aesi e essa gestão que introduziu a Aesi na USP são a história mais triste que a Universidade de São Paulo carrega. E um dia a USP vai ter que fazer uma autocrítica disso”.



Recentemente, Camilo Vannuchi lançou o podcast “Eu só disse meu nome”, que reflete sobre o que aconteceu entre a prisão de Alexandre Vannucchi e os dias de hoje. Desenvolvido pelo Instituto Vladimir Herzog e NAV Reportagens, o programa contém 8 episódios e está disponível no Spotify e demais agregadores.

▶ MÉTODOS DE ENSINO



“Prêmio de pior aluna?”

Estudante “premiada” por “menor desempenho” levanta questões sobre métodos avaliativos da USP

CAIO ANDRADE, JÚLIA MOREIRA E
LUANA TAKAHASHI [REPORTAGEM]

No primeiro semestre, uma sala de alunos do curso de graduação em geologia do Instituto de Geociências (IGc) da USP foi surpreendida com a entrega de prêmio à “pior aluna” e aos dois “melhores alunos” da turma. Baseado nas notas finais, o professor Sênior Joel Sigolo presenteou esses estudantes com livros que, segundo ele, eram uma forma de “estímulo”.

“Ficou todo mundo em choque, em silêncio. Só o professor rindo”, contou Beatriz Antunes Yano, que recebeu uma obra de poesias pelo “menor desempenho”. No ano passado, a aluna enfrentou problemas de saúde e precisou se afastar das atividades acadêmicas, perdendo metade das provas da disciplina lecionada por Sigolo.

O professor pediu para que Beatriz fosse à frente da sala e lesse um trecho do livro recebido, que era de sua própria autoria. A estudante recusou por três vezes a se levantar, até que Sigolo teria dito: “Está com vergonha, então vou ler para ela”. Com raiva, ela disse ter rasgado as páginas da obra após o término da aula. Um colega, então, se ofereceu para escrever uma carta de repúdio sobre o ocorrido e enviar a centros acadêmicos da USP. Dias depois, a manchete “professor humilha aluna” estava estampada nos principais veículos de comunicação do país.

O caso vivenciado por Beatriz não parece isolado. Uma fonte ouvida pelo *Jornal do Campus* (JC), que preferiu não ser identificada, relatou que teve seu trabalho amassado por um professor da Engenharia Naval da Escola Politécnica da USP. Insatisfeito com os cálculos apresentados pela estudante em uma atividade, ele teria dito uma série de palavrões contra ela e se

desculpado pelo WhatsApp em seguida. Em vez da denúncia, a aluna optou por abrir mão do curso e realizar uma transferência interna: “Foi a última gota”.

Com a repercussão do episódio do “prêmio de pior aluna”, Joel Sigolo foi afastado do IGc, em uma decisão conjunta com a direção. A unidade também informou que deu início a um processo administrativo: “Se confirmados os fatos, serão adotadas as sanções cabíveis à luz da jurisprudência universitária”, mas não especificou quais seriam as medidas. Mesmo com o afastamento, alunos contam que o professor ainda costuma frequentar o espaço. Por meio de nota ao JC, o Instituto disse esperar que o “firme posicionamento institucional adotado possa servir de desestímulo às ações que firam a boa convivência, ética e respeito”.

“Houve imensa distorção no caso. A intenção era estimular o aluno com o ‘menor desempenho’ e não o ‘pior’, pois esses são os reprovados e os que desistiram do curso”, argumentou Joel, após cancelar uma entrevista com o JC por orientação de sua defesa jurídica. Depois de desculpas públicas, ele disse que algumas pessoas “atiraram para matar, sem dar o direito de contestação e defesa”. O professor ainda afirmou que não tinha o objetivo de “depreciar”, mas dar uma espécie de recado para que a aluna “não desistisse do curso, pois seria cada vez mais interessante”.

E A USP? Diante de situações como essa, a qualidade do processo de formação e contratação de professores passa a ser questionada. “Quais são as concepções de educação que estamos promovendo? Que docentes queremos?”, questiona Sung Hwan, psicólogo do Grupo Interinstitucional à Queixa Escolar.

Beatriz Antunes Yano em frente ao Instituto de Geociências

A gente só consegue transformar algo estando e participando daquelas ações

Sung Hwan, psicólogo do Grupo Interinstitucional à Queixa Escolar

Marciel Consani, professor de Educomunicação na Escola de Comunicações e Artes, explica que a Universidade seleciona os discentes por padrões de excelência técnica, intelectual e de produção. A partir desse modelo, a princípio, não seria possível analisar os valores e atitudes, a começar pela empatia, das pessoas contratadas. Apesar disso, promover discussões parece ser uma das formas para lidar com essas transgressões: “Como a ética é uma questão atitudinal, não é nem de conteúdo e nem de competência, como é que você ensina conduta moral? Não se ensina, se discute”, conclui o professor.

“Se pensarmos pela lógica do cancelamento, a atitude mais apressada que podemos ter é fazer um ostracismo deste professor e dizer que ele não existe mais na instituição. Mas ele também se livra. É importante discutir as condições que levaram este professor a agir de tal maneira.”, acrescenta Sung.

O caso do IGc também expõe formatos questionáveis de avaliação com ranqueamento de capacidades e performances. “O que produzimos quando avaliamos somente estudantes? É preciso fazer avaliações contínuas dos métodos de ensino e de aprendizagem. Deveria haver uma devolutiva”, reforça Sung. Para ele, devemos “sair um pouco dessa lógica de medição somente de competências individuais dos alunos, mas avaliar todo o processo e as condições nas quais estão imersos, a fim de promover mudanças nas concepções de sucesso e de fracasso”.

As relações de poder que se estabelecem dentro de uma sala de aula também são fatores importantes a considerar nesses tipos de desvios éticos durante o processo educacional. Para o psicólogo, no caso exposto, “é

um homem, com tempo de casa, que expõe uma aluna, por sua vez, mulher, nos primeiros anos de faculdade. Então, tem essa relação de poder estabelecida. Como isso opera dentro de sala de aula?”. Essa assimetria parece facilitar que atitudes como essas aconteçam e, por muitas vezes, passem ilesas se não denunciadas em canais efetivos.

Por meio do conceito de microagressões, ações verbais, gestuais e comportamentais, intencionais ou não, que depreciam ou hostilizam alguém, o psicólogo Sung Hwan comenta sobre a importância de relatar essas violências. “A denúncia não é fácil, e o que os agressores querem é que caia no esquecimento.” Beatriz conta que sua principal motivação para denunciar foi livrar as próximas turmas de passarem por este constrangimento: “Foi um senso de justiça”. Assim, a estratégia adotada foi tornar a carta de repúdio pública antes de levar à coordenação, por desacreditar que fosse ser atendida adequadamente pela Instituição.

Para realizar as denúncias, a Universidade conta com alguns canais, sendo o principal a Ouvidoria Geral da USP, encarregada de acolher e encaminhar queixas para os órgãos responsáveis. Para além disso, Sung comenta sobre a importância dos coletivos acadêmicos dentro do ambiente universitário. “A vivência universitária não pode ser solitária. A USP oferece atendimentos clínicos que podem ajudar, como o programa ECOS, por exemplo. Mas essas não podem ser a única via do cuidado.”

Os coletivos acadêmicos possuem a capacidade de mobilizar as pessoas em prol da causa e trazer luz a casos como este. “É pensar que você não está só e sempre buscar pessoas, colegas, professores de confiança, coletivos e construir redes de cuidado e de ação política”, conclui Sung.

Alojamento provisório no Cepe: moradia para quem?

Aluna sem auxílio Papfe e sem moradia em sua "casa" improvisada

JC acompanhou a saída dos moradores que viveram mais de dois meses debaixo de arquibancadas

CAMILA SALES MACHADO, CAROLINA SENA
E JULIA AYUMI [REPORTAGEM]

Estudantes reunidos com bandeiras e cartazes não é uma cena rara na Universidade de São Paulo (USP), mas o que chamava a atenção naquela sexta-feira, 17 de maio, era que entre eles havia um amontoado no chão com mochilas, sacolas de mercado com roupa de cama dentro e até um ventilador. Em volta, cerca de cinco jovens cabibai-xos, tentando jogar conversa fora com poucas palavras. Duas meninas estavam concentradas no celular, esperando algum motorista de aplicativo aceitar a corrida para levar suas coisas até um lar temporário.

Eles estão entre os 57 calouros que, no início do ano letivo, foram instalados em um alojamento provisório do Centro de Práticas Esportivas da USP (Cepe) – localizado embaixo da arqui-

bancada do estádio de futebol do campus da Cidade Universitária –, após um acordo feito com a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (Prip) da instituição. São todos alunos de baixa renda, que vieram de outras cidades ou estados e, inicialmente, não haviam recebido uma vaga no conjunto residencial, o Crusp.

O ingressante de Ciências Sociais Breno Antoniole descreve o processo como caótico. “A maioria, como eu, chegou aqui na cidade alguns dias antes do início das aulas sem saber o que ia acontecer, hospedados na casa de parentes ou veteranos. Pressionamos para que fosse aberto o alojamento e, a contragosto, nos deram inicialmente até o dia 5 de abril para ficar” explicou Breno. Os alunos não saíram.

O grupo foi diminuindo com o passar dos meses, sobretudo a partir do comunicado, emitido em abril, em que a Reitoria es-

O perfil socioeconômico dos alunos da USP está mudando, mas a Universidade não tem preparo para receber os novos estudantes de baixa renda

Breno Antoniole, calouro de Ciências Sociais

tabelecia justamente o dia 17 de maio como ultimato para que todos deixassem o Cepe. A data era uma semana depois dos resultados finais do Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE).

Vinte e seis foram contemplados com uma vaga na moradia estudantil; outros 27 receberam o auxílio integral do programa (R\$ 800). Alguns conseguiram custear um lugar para morar; uma parte teve que ficar de favor na casa de amigos.

Os demais estudantes aglomerados na entrada do Cepe, que somavam cerca de três dezenas, estavam ali em apoio aos desalojados. A mobilização foi iniciativa da Associação de Moradores do Crusp, a Amorcruisp, com o intuito de conduzir uma manifestação até a frente da sede da Prip, na rua da Praça do Relógio.

A procissão se estabeleceu ali pressionando por uma reunião

com a pró-reitoria, para que alguma providência fosse tomada em auxílio àqueles que continuavam sem onde morar.

PRESSÃO POPULAR Coletivos do movimento estudantil, alunos solidários, aqueles que haviam morado no Cepe anteriormente e os recém-despejados colaram cartazes no prédio como intervenção visual. O presidente da Amorcruisp – e graduando de Relações Internacionais –, Daniel Lustosa, falando no megafone, resumiu: “A Reitoria não quis ouvir as nossas reivindicações, então nós viemos aqui gritá-las.”

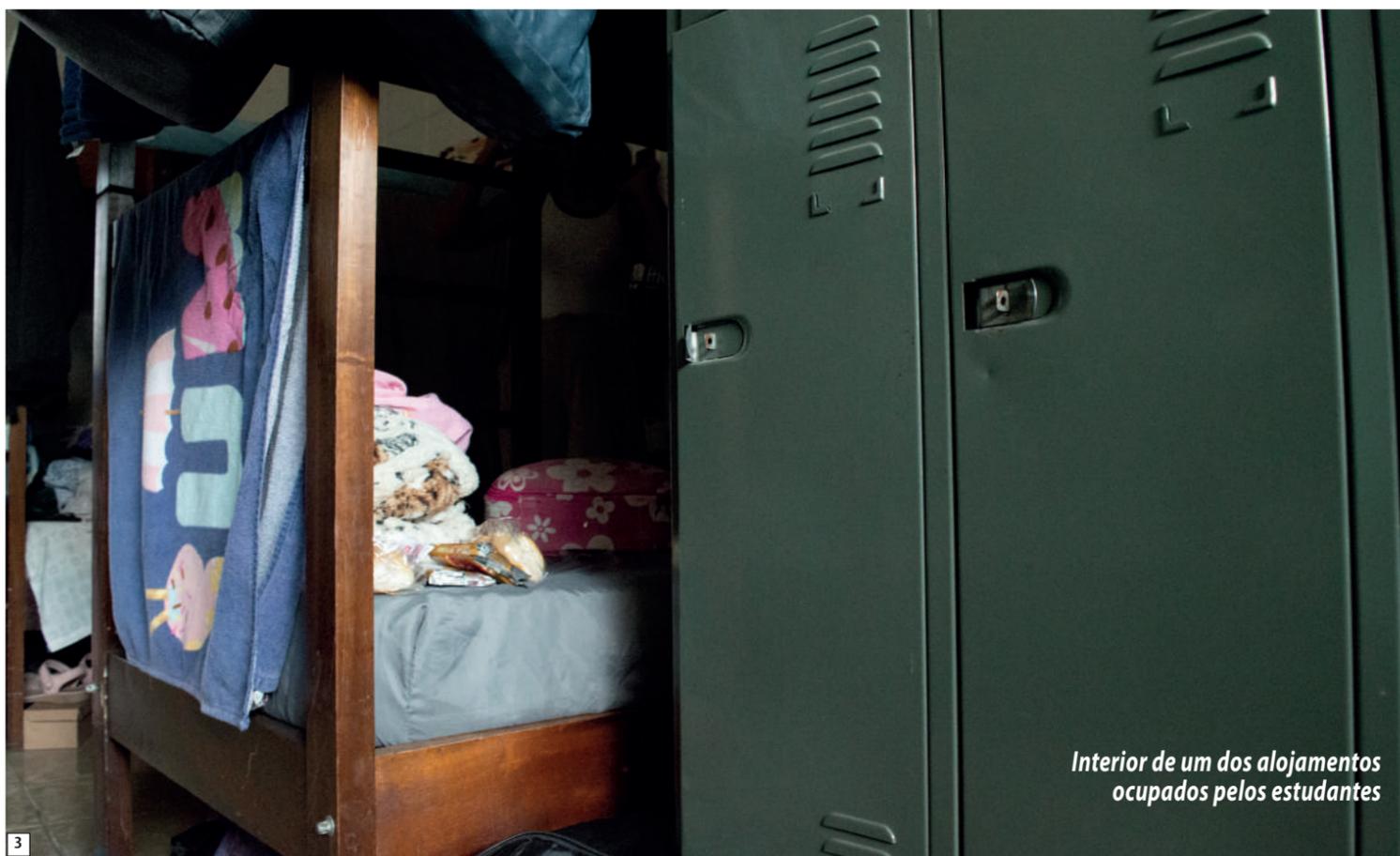
Por volta das onze horas da manhã, representantes da Prip concordaram em deixar uma comissão de alunos subir para uma reunião. A proposta dos estudantes era que fossem concedidas vagas no Crusp aos desalojados, mesmo que fosse nos quartos provisórios. Ao fim da deliberação, foi acordado que a reivindicação seria levada à Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento, Ana Lanna. Porém, ao final do dia, a demanda foi negada.

Em comunicado publicado no mesmo dia, a Prip reiterou que, dos 11 estudantes: sete foram contemplados com auxílio integral em abril e já receberam a primeira parcela no dia 20 do mês, um foi contemplado com auxílio integral após pedir recurso e receberá na segunda-feira (20 de maio); e três não foram contemplados pelo PAPFE, pois não se enquadram nos critérios sócio-econômicos.

O órgão considera inadequado conceder os benefícios a estes alunos desconsiderando a posição deles na fila de espera. “Não podemos ser coniventes com a concessão de privilégios, já que os estudantes [...] estariam mudando de posição na fila única definida pela pontuação do



Breno Antoniole (à esquerda) participa de mobilização com entidades universitárias e apoiadores



Interior de um dos alojamentos ocupados pelos estudantes

PAPFE, prejudicando no mínimo 158 outros estudantes que encontram-se também aguardando vagas na moradia e em posição de maior vulnerabilidade social (maior pontuação).”

DESFECHOS

Apesar da proporção que o caso tomou desta vez, em todos os anos é desafiadora a situação de quem chega de longe e não tem base financeira para se estabelecer em São Paulo logo de cara.

O PAPFE dá direito ou à bolsa-permanência de R\$ 800 ou à moradia estudantil somada a R\$ 300 de auxílio parcial, mas quem precisa do benefício antes do início das aulas precisa realizar a inscrição na primeira leva da seleção, que geralmente começa em janeiro.

Quem ingressa a partir da segunda chamada dos vestibulares, ou mesmo na primeira do Enem-USP, frequentemente já perdeu o prazo e tem que esperar o segundo processo de inscrição abrir. Há também quem se candidata e não é contemplado, mas não consegue arcar com o alto custo de vida de São Paulo. Até para quem consegue a vaga no Crusp antecipadamente, às vezes é preciso aguardar até ser alocado em um dos quartos vagos.

Nesse meio tempo, em anos anteriores, a Universidade excepcionalmente abre alojamentos provisórios dentro do próprio Crusp. Porém, este ano, a medida foi recusada pela Prip, que alegou que os alojamentos provisórios eram apenas para estudantes contemplados pelo PAPFE à espera de um quarto vago. Sendo assim, o movimen-

to estudantil na USP organizou uma série de manifestações para que algum suporte emergencial fosse fornecido.

“Conseguimos que isso aqui [alojamentos do Cepeusp] fosse aberto quase à força, porque era isso ou voltar para casa. Mas só depois de entrar que a gente notou, né? Esse lugar não tem estrutura para hospedar alguém por mais de uma semana, só que já estamos aqui há mais de dois meses e meio”, conta Emily Moreira, caloura de Biologia.

A situação, porém, não é inédita. A Folha de S. Paulo chegou a noticiar um caso similar em 2007, em que, ao final de maio, havia 36 estudantes vivendo no Cepe à espera da vaga no Crusp – o alojamento foi apelidado de “favelão da USP” na época.

Os problemas relatados na

matéria da época são os mesmos de hoje em dia: quatro quartos com nove beliches apertadas em cada um, espaço abafado, falta de ventilação e luz solar, poucos chuveiros funcionando e pragas.

Emily ainda pontuou que um dos bebedouros dali não é mais usado depois que uma lagarta foi vista saindo pela bica. A anedota é cômica, mas a estudante explicou que o sentimento de morar em um lugar projetado para no máximo abrigar atletas em campeonatos universitários é de rejeição.

“Boa parte das pessoas que frequentam o Cepe são de classe mais alta, a gente se sente mal de estar aqui de pijama e chinelão no vestiário enquanto chega uma senhoriinha para praticar yoga. Recla-

mam da sujeira, é como se fôssemos parasitas aqui”, diz.

Enquanto isso, as negociações entre os estudantes e a Reitoria a respeito da situação já acumulavam atritos. Breno, de Ciências Sociais, relata que numa reunião do dia 06 de maio, Ana Lanna, a pró-reitora da Prip, alegou que os quartos do Cepe já haviam sido abertos passando por cima da autoridade dela: “Eu prefiro que o alojamento fique vazio”. A conversa foi gravada pelos universitários.

EM NÚMEROS

Ano após ano, a USP tenta demonstrar que está se democratizando e se despidendo de seu espírito elitista. “Quando chegamos aqui, as assistentes tiveram um contato muito amigável com a gente. Mas ao longo do tempo a gente foi notando o quanto a política de inclusão não é inclusiva de verdade”, afirma Emily.

Em 2021, o número de alunos ingressantes de escolas públicas ultrapassou a metade da porcentagem total e a crescente seguiu nos anos seguintes, mas cenários como o dos estudantes desalojados revelam que não parece que a USP está preparada para recebê-los.

O *Jornal da USP* noticiou que o Conselho Universitário aprovou um orçamento para a Universidade da ordem de R\$ 8,6 bilhões para o ano de 2024, enquanto a PAPFE, referente aos auxílios pagos, recebe R\$ 195 milhões, aproximadamente 2,27% da parcela total do orçamento. O valor total recebido pelo programa de apoio estudantil, considerado o maior do

país, é de R\$ 399 milhões, 4,64% do orçamento total.

O Grêmio da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design (GFAUD) organizou uma pesquisa entre os próprios discentes para auxiliar aqueles que tiveram suas bolsas suspensas e não foram aceitos para renovar a inscrição no PAPFE, ainda que continuem precisando do auxílio para se manter na Universidade.

A Prip informa que não há suspensão ou cancelamento. O que ocorre, segundo a Pró-Reitoria, é que os candidatos entram em uma nova lista de classificação junto com todos os estudantes – e aí podem não ter obtido pontuação para receber a bolsa.

Segundo os representantes do Grêmio, não houve explicação sobre os critérios usados pelo órgão para a classificação e a constituição da pontuação depois da reformulação do programa em 2023. Em 2024, o limite superior para participar da seleção foi de 1,5 salário mínimo paulista per capita (R\$ 1.550). A Prip justifica que os critérios estão em edital e que a pontuação está explícita no questionário socioeconômico.

Além disso, os alunos relataram incongruências nas pontuações, uma vez que não é possível identificar qual é a nota de corte para o recebimento das bolsas, e muitas vezes, uma nota menor que outra garante o auxílio. A Prip diz que isso pode ocorrer porque outras condições de elegibilidade (ter matrícula ativa, por exemplo) não foram cumpridas.

MANIFESTAÇÃO PARA MELHORES MORADIAS



As políticas de permanência estudantil vem sendo cada vez mais debatidas em todo o ambiente universitário. No dia anterior ao despejo (16), esse foi um dos tópicos de maior destaque durante o ato que acompanhou a reunião do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp).

A manifestação foi organizada pelo Fórum das Seis, aliança que reúne as entidades representativas de trabalhadores, docentes e alunos das estaduais de São Paulo. A concentração foi feita em frente ao prédio do Inova USP, onde estava o Cruesp.

Estudantes da USP aproveitaram o espaço para chamar atenção para o problema de moradia dos calouros. Também cobraram a conclusão da reforma no Bloco D e a conversão dos blocos K e L, hoje usados pela Reitoria, para fazerem parte do Crusp.



Emily Moreira conta sobre sua experiência morando num alojamento do Cepe

▶ OPORTUNIDADES PERDIDAS

'INDEFERIDO': QUANDO A PROCURA POR ESTÁGIO VIRA QUESTÃO DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

BÁRBARA BIGAS, BEATRIZ PECINATO
E JULIA ESTANISLAU [REPORTAGEM]

Olívia (nome fictício), ingressante de Relações Públicas na Universidade de São Paulo (USP), recentemente teve seu contrato de estágio recusado pelo seu departamento. “Quando enviei a documentação para a seção de estágios, me responderam que não iriam assinar porque eu estava no 1º ano. A principal justificativa foi o plano pedagógico”, disse ao *Jornal do Campus* (JC).

O plano pedagógico do curso de Relações Públicas recomenda o estágio a partir do 3º semestre e diz que alunos ingressantes não estão aptos a realizá-lo. “O estágio complementa a formação acadêmica e prepara para a vida profissional, mas os alunos o estão enxergando como uma fonte de renda”, afirma Valéria Castro, coordenadora do curso de Relações Públicas da USP.

Como alternativa, foi recomendado que Olívia fizesse inscrição no Programa Unificado de Bolsas de Estudo para Apoio à Formação de Estudantes de Graduação (PUB) ou no Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE), embora a estudante não se encaixasse nos parâmetros do PAPFE e não tivesse garantia sobre a bolsa PUB.

João Pedro Clini, estudante de Economia na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da USP, também teve seu estágio indeferido sob a justificativa de baixo desempenho acadêmico. Ele conta que, com a reforma da grade curricular de seu curso, os ingressantes passaram a ter mais dificuldades acadêmicas: “Principalmente eu, que venho de um ensino médio com pouca preparação para o vestibular.” Para João, o estágio seria uma forma de aliviar os gastos da família e custear o aluguel da república em que vive. Questionada pelo JC sobre a mudança na grade curricular, a FEA alegou não ter as informações necessárias para responder.

Para Olívia e João, as negativas são uma faceta das dificuldades de permanência na Universidade. “O que me foi exposto como justificativa mostra um elitismo gigantesco. Não é todo mundo que consegue ficar um ano inteiro sem trabalhar”, comenta Olívia.

Hoje em dia, os dois estudantes procuram bolsas de Iniciação Científica como fonte de renda. “Ainda vou precisar da ajuda dos meus pais, a bolsa não cobre o meu aluguel e minhas despesas”, afirma João. “Não enxergo outro motivo para priorizar o estágio no primeiro semestre fora a questão financeira”, completa Olívia.

Vitor Blotta, professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes (CJE-ECA) da USP, e coordenador da Comissão de Estágios, explica que os critérios utilizados para a assinatura de contratos dessa modalidade são a adequação da atividade de estágio com as características do curso, carga horária adequada e inexistência de conflito com horários de disciplinas. Esses requisitos fazem parte da Resolução n° 5528, de 18 de março de 2009, e regulam os estágios em toda a USP.

O projeto político pedagógico de Jornalismo, recomenda que os alunos trabalhem a partir do 2º ano. A intenção, segundo a Universidade, é que haja dedicação dos alunos às disciplinas teóricas e introdutórias.

Blotta diz entender as razões por trás dessa procura considerada “precoce”. “É um sintoma das necessidades econômicas dos estudantes, mas também da precarização do trabalho. Muitas vezes empresas buscam estagiários para cumprir atividades de profissionais formais. Há uma pressão do mercado pela contratação cada vez maior de estagiários, e isso coincide com a necessidade de renda das pessoas”, diz.

O JC tentou contato com a Seção de Estágios da ECA, mas não obteve retorno até o fechamento desta reportagem.

Importante destacar que por lei, a faculdade não pode negar o estágio a não ser que este implique em prejuízo no horário de aula do aluno

João Silva, membro atual do Centro Acadêmico da FEA

UM PROBLEMA FREQUENTE O embate entre trabalho e vida acadêmica gera situações inusitadas. Era o que acontecia na FEA até 2019. Filipe Saguino, aluno do curso de Ciências Atuariais na FEA, teve seu estágio negado no segundo semestre da graduação. Natural de Jundiaí, interior de São Paulo, precisava do dinheiro para se manter na capital.

Para ter o contrato de estágio aprovado na FEA, o aluno deve concluir 25% dos créditos totais do curso para 20 horas semanais de estágio ou 50% para 30 horas semanais. Filipe não teve seu contrato assinado devido a essa regra.

Orientado pelos professores a levar o caso para uma reunião da Comissão de Graduação, optou por não seguir esse caminho. A solução encontrada foi se matricular em uma universidade particular, enquanto estava na USP, e seguir com o contrato de estágio por lá.

“Entrei em contato com faculdades particulares e a Anhanguera de Osasco me informou que aprovaria meu estágio logo após a matrícula. A mensalidade era aproximadamente 25% do valor da minha bolsa de estágio, mas era melhor do que perder a vaga”, explica.

Assim como ele, outros alunos da FEA recorreram a essa solução: “Acontecia bastante. Alguns alunos até davam dicas de quais faculdades eram mais baratas e menos burocráticas.”

Pagar uma faculdade particular, porém, não é a única solução encontrada pelos alunos. Em busca de alternativas ao estágio, alguns alunos trabalham em regime CLT, com uma carga horária maior e um salário menor, prejudicando a permanência no curso. Outros trabalham como Microempreendedor Individual (MEI).

Outra opção é entrar com um recurso judicial contra a Faculdade. “Era um advogado em específico que fazia para todo mundo, mas ele cobrava o primeiro salário das pessoas, e permitia até

parcelar”, diz Lucas (nome fictício), estudante de Economia na USP desde 2017. Como Filipe, ele também se matriculou em uma faculdade particular para conseguir trabalhar.

Pauta de conversa entre o Centro Acadêmico Visconde de Cairu (CAVC) e a diretoria da FEA por anos, uma alteração na política de estágio (Portaria FEA-10, de 31 de maio de 2017) foi deliberada em 2019, facilitando a assinatura dos estágios.

A partir daquele ano, casos excepcionais – de alunos que precisam estagiar para se manter no curso, mas não possuem os requisitos acadêmicos necessários – começaram a ser analisados e os contratos, aprovados. “Ficou muito mais simples, é só um papel que comprova que você tem necessidade financeira e aí liberam”, diz Lucas.

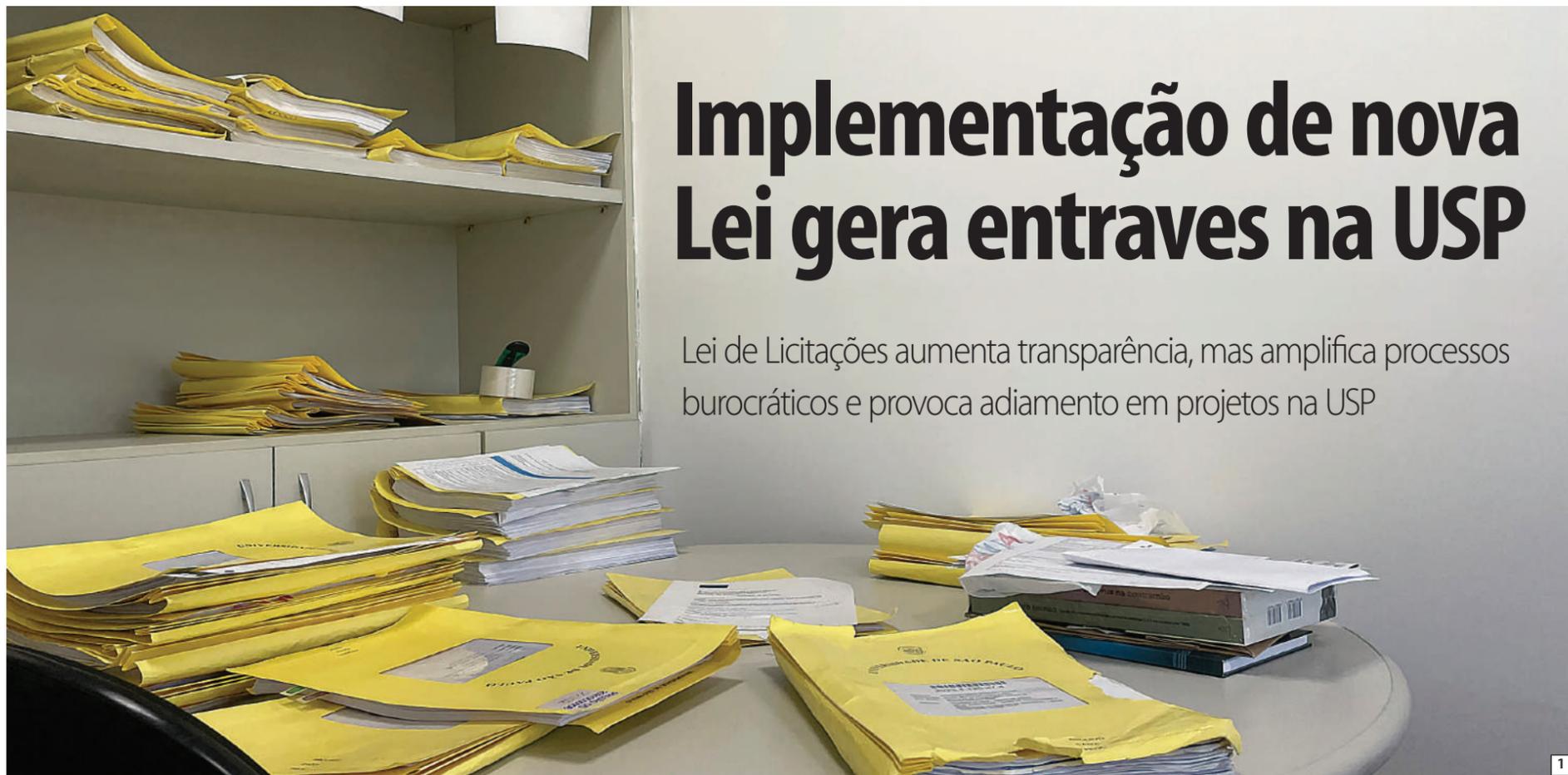
Ana Paula Garcia, presidente do CAVC em 2019 e hoje mestrande em Economia, avalia que a mudança aconteceu mais por pressão da Reitoria e dos estudantes do que por iniciativa da Faculdade. O volume de recursos judiciais contra a FEA “chegou a ser um problema, porque eram muitos processos”, explica.

“De fato, começar a estagiar no 1º ano é ruim para sua formação, você não vai se dedicar da melhor forma. Mas, ao mesmo tempo, para um aluno pobre, isso pode ser definidor para ele continuar na universidade”, diz.

Os entrevistados comentam que o perfil do corpo estudantil da USP mudou com a entrada de alunos por meio do SISU, das cotas raciais e do Enem-USP, o que pode justificar a busca por estágios cada vez mais cedo. Segundo Valéria, estagiar no primeiro ano só seria possível com a aprovação de novos projetos pedagógicos.

João Silva, membro atual do CA da FEA, relata que, depois da deliberação sobre a política de estágio em 2019, a entidade não tem recebido relatos de estudantes com estágio indeferido pela Faculdade.

BUROCRACIA



Implementação de nova Lei gera entraves na USP

Lei de Licitações aumenta transparência, mas amplifica processos burocráticos e provoca adiamento em projetos na USP

GUSTAVO ROBERTO DA SILVA E
JÚLIA MOREIRA [REPORTAGEM]

Escassez de produtos básicos, pilhas de solicitações não atendidas e sobrecarga física e emocional de servidores. Apesar do orçamento bilionário, “na esfera pública, o problema não é ter dinheiro suficiente, e sim conseguir gastar ele”, afirma Thiago de André, coordenador do CINUSP há dez anos.

Substituindo a Lei Federal nº 8.666/93, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/21) entrou em vigor este ano na USP, alterando os processos utilizados pela Universidade para realizar compras e contratações. A legislação buscou ampliar a transparência e aumentar as chances da Universidade conseguir fazer compras de melhor qualidade e com menor preço. Mas suas novas exigências causaram mudanças nos formulários preenchidos pelos técnicos administrativos.

Agora, muito mais detalhados que os modelos anteriores.

Assim, com pouco tempo para adaptação – embora a Lei exista há 3 anos, a USP tardou em formar funcionários para aplicá-la –, projetos, serviços e compras sofreram adiamentos em diversos institutos.

Para o coordenador, a Lei é efetiva e consegue cumprir seu papel de garantir a transparência e reduzir as chances de corrupção no orçamento público, mas há grande dificuldade para conseguir fazer contratações e compras quando demandas mais urgentes surgem.

Começa com o cadastro: “A empresa que quer vender precisa participar ativamente do processo. Ela deve atender a diversos requisitos e entregar uma série de documentos. Realizar esse processo leva tempo, requer funcionários e consequentemente custa dinheiro. Por conta disso, se paga um preço muito maior do que o valor de mercado”, afirma.

Continua com os requisitos para quem quer comprar: os documentos citados pelo técnico-administrativo são públicos e estão disponíveis no portal do Departamento de Administração da Reitoria. Ao acessar as instruções para compras, por exemplo, há um tutorial de 67 páginas, detalhando como o novo processo deve ser realizado pelos funcionários. O procedimento possui 13 fases e cada uma requer uma série de justificativas e assinaturas.

Thiago também ressalta que um dos grandes problemas do processo atual foi a transição repentina. “Estávamos com a documentação pronta para uma aquisição e quando fomos pegar o documento para preencher ele não existia mais. Os modelos estavam em atualização para se adequar à nova Lei e não conseguimos mais proceder com a contratação”, conta.

Segundo a Reitoria, desde a implantação da nova Lei, a USP, o Governo Estadual e o Governo

Federal têm oferecido cursos de capacitação para funcionários que atuam nessa área. O fato foi confirmado por Thiago, com a consideração de que os treinamentos são enviados por e-mail e são extensos.

Ao abordar os desafios enfrentados após a implementação da nova Lei, o Coordenador do CINUSP conta que, devido à extinção do modo antigo de realizar contratações, a mostra Novíssimo Cinema Brasileiro, apresentada no começo de cada ano com as mais novas produções nacionais, teve que ser postergada para o segundo semestre.

CONTRAPONTO

O professor Marcos Augusto Perez, da Faculdade de Direito (FD), afirma que as inovações são positivas, mas que a Universidade precisa fortalecer o seu quadro administrativo.

“Penso que a nova Lei aperfeiçoou mecanismos de transparência, o portal nacional é um exemplo disso. As novas im-

posições devem ter a ver com requisitos de qualidade que a Lei passou a exigir.”

Perez enfatiza que, nos dois anos que a Lei levou para começar a ser implementada, houve um período para que a Universidade capacitasse os servidores responsáveis pelos processos e adaptassem seus sistemas. “A culpa seguramente não é da Lei, ainda que não haja lei perfeita. A administração tradicionalmente contratava mal e pagava caro por produtos de má qualidade. A Lei tentou criar condições para superarmos esse quadro”, afirma.

Ainda sobre a nova legislação, Thiago de André comenta que a burocracia surge com boas intenções, mesmo que isso dificulte a rotina e funcionamento das unidades. “É muito fácil criticar a legislação de compras, mas é quase impossível propor algo que seja melhor e ao mesmo tempo mais alinhado com o interesse público, que é múltiplo”.

DIRETO DO ORÇAMENTO

Antes da liberação de qualquer recurso, os valores precisam constar na Proposta de Distribuição Orçamentária da Universidade e serem aprovados pelo Conselho Universitário. Para 2024, por exemplo, a USP contou com uma receita total de R\$ 8,6 bilhões, sendo 84% do valor destinado para o pagamento de pessoal, que inclui aposentadorias e o salário de servidores. O restante do orçamento é destinado para as demais atividades como a compra de equipamentos, requalificação da infraestrutura, além da manutenção dos diversos serviços, bolsas e auxílios fornecidos.



CINUSP sofre com novos processos burocráticos

▶ ABANDONO

Falta de transparência: USP não divulga dados de evasão há seis anos

Em duas décadas, Universidade teve mais de 44 mil saídas; desde então, não justifica apagão de informação

CECÍLIA DE O. FREITAS E TULIO GONZAGA
[REPORTAGEM]

Qual a taxa de evasão nos cursos da USP? No momento, é uma pergunta sem resposta: nos anuários estatísticos da universidade e nos documentos públicos da Pró-Reitoria de Graduação (PRG), não há dados transparentes sobre o assunto. A última pesquisa que se tem conhecimento é de 2018, primeiro ano de adoção do ingresso por cotas raciais. Trata-se de uma apresentação realizada numa reunião de dirigentes ocorrida em Bauru, em julho de 2019. O arquivo está disponível no site da Faculdade de Educação (FE).

Conforme esse mesmo documento, a USP define evasão como os “estudantes matriculados em quaisquer cursos de graduação que abandonaram a universidade”. Entretanto, o Regimento Interno da USP lista nove razões para o cancelamento de matrícula. Casos de transferência interna, em que os alunos se transferiram entre cursos da mesma ou de diferentes unidades, são classificados como “desvinculação” ou “mobilidade”, nomenclatura diferente da definida pelo Ministério da Educação, que considera essas situações como evasão.

Em um período de 19 anos, entre 2000 e 2018, a PRG registrou 44.026 estudantes que evadiram, de um total de mais de 196 mil de ingressantes – equivalente a uma taxa de 22,4%. Ou seja, um a cada cinco estudantes abandonaram a USP.

A apresentação revela que as cinco unidades com maior taxa de desistência acumulada são de Ciências Exatas. Por outro lado, seis dos oito cursos com menor desistência acumulada são das áreas da Saúde e Arquitetura e Urbanismo, todos de período integral.

Segundo o arquivo, a PRG planejou um mapeamento dos cursos com altas taxas de des-

vinculação e/ou evasão, além de “discussões para diagnóstico e planejamento estratégico” nas unidades desses cursos, por meio das diretorias, Comissões de Graduação e Comissões de Coordenação de Cursos (COCs). Também foi prevista a criação de um grupo de trabalho (GT) para estudar a desvinculação/evasão na USP.

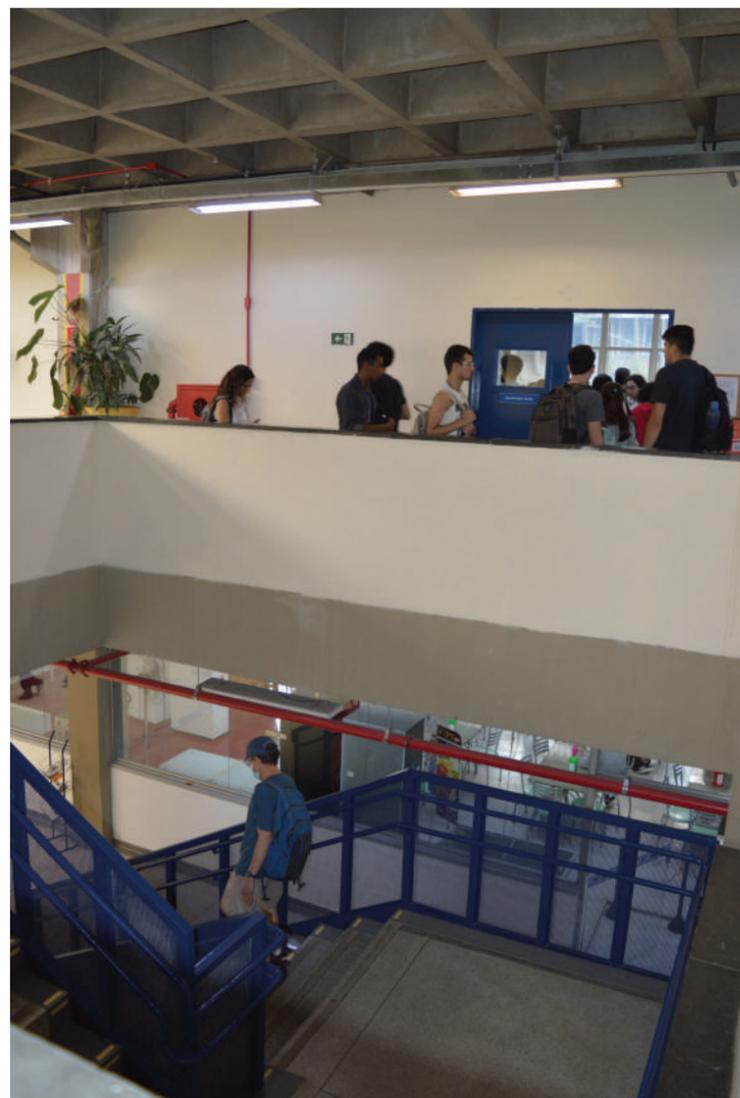
Na ausência de totalizações, existem informações esparsas. O *Jornal do Campus* (JC) teve acesso a um relatório de indicadores de desempenho dos cursos de graduação da Escola de Comunicações e Artes, enviado pela Reitoria às COCs, em setembro de 2023. Entre outras informações, o levantamento inclui porcentagens de permanência, conclusão e desistência nos cursos entre 2013 e 2022, retirados do sistema Jupiterweb. Os dados da pesquisa não foram divulgados publicamente pela USP.

O relatório aponta que os cursos da ECA apresentam taxas de conclusão, permanência e desistência “dentro do esperado”, quando comparados à média da USP na mesma área do conhecimento, a de Ciências Humanas. O índice do campo foi de 33% de desistência acumulada (evasão somada à desvinculação ao longo do curso) para ingressantes em 2017, última turma que conta, até o momento, com dados completos referentes à duração máxima dos cursos, de seis anos.

Sobre os dados da ECA, especificamente, o documento indica que o curso de Biblioteconomia é uma exceção: a taxa de desistência acumulada superior à esperada. “É recomendado o acompanhamento do percurso formativo dos estudantes e a reflexão a respeito das trajetórias curriculares”, conclui o relatório. No arquivo, não foram definidas estratégias particulares ou diretrizes gerais sobre o tema.

“A gente acredita que a administração universitária tem esses dados e tem os motivos dela para não divulgar”

Michele Schultz, presidenta da Adusp



Em entrevista ao JC, a presidenta da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp), Michele Schultz, afirma que a associação já tem o conhecimento da ausência desses dados no anuário estatístico. Ela contou que foi apresentado à USP um Plano Sanitário-Educacional, no pós-pandemia de Covid-19, solicitando, além dos índices de evasão, a delimitação do perfil dos estudantes que abandonaram a universidade. Schultz informa que o requerimento não foi atendido.

NO ESCURO

Para a presidente da Adusp, ao não divulgar os dados sobre o tema, a Pró-Reitoria de Graduação impede tanto as reivindicações por melhorias na estrutura e financiamento da universidade, quanto a criação de políticas institucionais para redução dos índices de evasão.

“A falta de transparência é danosa. A gente acredita que a administração universitária tem esses dados e tem os motivos dela para não divulgar. Para que a gente, dos movimentos docente e estudantil, não consiga se debruçar e fazer questionamentos”, declara.

O *Jornal do Campus* solicitou acesso aos dados de evasão dos anos de 2019 a 2023 de estudantes de graduação do campus Capital à Divisão de Sistemas da Pró-Reitoria de Graduação, entre abril e maio deste ano. Foram cinco emails enviados e um requerimento via formulário pelo

Serviço de Informação ao Cidadão da USP, ainda sem resposta.

Por meio da Divisão de Sistemas, o Pró-Reitor de Graduação, professor Aluísio Augusto Cotrim Segurado informou: “Os dados solicitados estão sendo tratados pela Pró-Reitoria de Graduação e Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, com vistas à elaboração de um visualizador sintético dashboard, de apoio à gestão do desempenho dos cursos de graduação e das políticas de ação afirmativas. Tão logo o trabalho seja finalizado, os resultados serão divulgados”.

Questionada sobre a previsão de conclusão desse trabalho ou sobre o formato de divulgação (interno ou público), a Divisão de Sistemas da PRG afirmou não ter conhecimento das datas. Entretanto, o JC apurou que o material foi, mais uma vez, divulgado internamente para os Presidentes de Comissão de Graduação e Coordenadores de Curso logo antes do fechamento desta edição.

O JC também contatou a PRG para entender os motivos que levaram à falta de atualização destes dados, além de saber sobre o andamento do GT de Evasão, previsto no encontro dos dirigentes em 2019 e ausente da seção de indicadores acadêmicos do Escritório de Gestão de Indicadores de Desempenho Acadêmico (Egida). Foram três ligações e um e-mail, todos sem resposta. O espaço segue aberto para manifestação.

▶ EDUCAÇÃO INFANTIL



JÚLIA GALVÃO, NICOLAS VAZ COELHO
E RAQUEL TIEMI [REPORTAGEM]

“Aqui está bagunçado porque nós estamos em um processo de mudança, eu já estou encaixotando as minhas coisas”. O relato é de uma representante da Ocupação Creche Oeste (OCA) e marca o fim de um movimento iniciado em janeiro de 2017.

Há sete anos, a Creche Oeste foi fechada sem aviso prévio ou diálogo com as famílias, funcionários e docentes que faziam parte do funcionamento do local. Desde então, o prédio foi ocupado pela comunidade da escola e por alunos que frequentavam a USP no período com o objetivo de garantir a reabertura do espaço. As crianças e funcionários que faziam parte da escola foram transferidos para a Creche Central.

Ana Helena Rizzi Cintra, professora da Creche Saúde e ex-docente da Creche Oeste, explica que o fechamento do prédio surpreendeu e afetou toda a comunidade que fazia parte do local. “Foi muito traumático. Nós estávamos de férias e eu recebi uma mensagem avisando que nós deveríamos ir para a creche porque tinham falado que ia fechar. Daquele dia em diante, a creche foi ocupada.”

A REABERTURA Três meses após o início da ocupação, um processo judicial que solicitava a manutenção de posse do espaço foi aberto pela Universidade contra a OCA. O pedido, no entanto, foi indeferido. No dia 9 de março de 2023, seis anos após o fechamento da escola, a coordenadoria da Vida no Campus da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP) divulgou um Protocolo de Intenções entre a USP e a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo para a abertura de um Centro de Educação Infantil (CEI) no prédio da Creche Oeste.

O início do procedimento para a abertura do CEI fez com que as famílias que permaneciam na OCA tivessem que desocupar o prédio. O Ministério Público interveio a favor da OCA para que o grupo fosse encaminhado para moradias fora da USP. “Nós somos fantasmas, ninguém sabe quem é a OCA, o que é a ocupação, nada”, diz a representante do movimento, que pediu anonimato.

Apesar da garantia de reabertura, nenhuma informação sobre a instalação do CEI foi divulgada. “A gente sai daqui com aquela sensação de que cumprimos o nosso papel, nós tivemos a conquista de que vai haver uma reabertura. No entanto, não é nos moldes antigos”, completa a representante.

DESPEJO Na esfera legal, o processo de desocupação da creche aguarda decisão judicial. A integrante do movimento relembra que um oficial de justiça deu um parecer declarando que o espaço estava abandonado nos dias de vistoria. “No processo, a PRIP fala: ‘olha, a gente tem que reabrir imediatamente, porque não tem ninguém ocupando’. Mas, existe ocupação”.

“A PRIP fala que quer a gente fora daqui como se fosse fácil, só que a gente precisa de grana para fazer isso”, diz a representante. Nesse momento, os moradores da OCA aguardam apenas a decisão judicial e o prazo para desocuparem o local: “enquanto o juiz não der o pronunciamento, não podemos sair, porque isso seria abandonar o espaço também”.

ESFERA LEGAL Em entrevista ao JC, Juliana Bastos, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e das Faculdades Metropolitanas Unidas, explica que em casos como esse, a decisão judicial precisa considerar o direito à moradia. Além disso, o

juiz precisa ouvir a Defensoria Pública e o Ministério Público, de modo a proteger a dignidade e o bem-estar. “Ainda que seja em nome da educação, você não pode desocupar sem que essas pessoas sejam realocadas de maneira digna em algum outro espaço”, diz.

Na ecologia dos direitos humanos, o acesso à educação e à moradia são prescritos como fundamentais. Porém, de acordo com a professora, no caso da creche, observa-se um conflito entre esses direitos que, do ponto de vista jurídico, possuem a mesma hierarquia. Juliana também pontua outro direito conflitante: o da propriedade, que pertence à USP. “Não é uma decisão em que se simplesmente julga dizendo que a moradia prevalece, pois existe também o direito à propriedade.”

A especialista ressalta que é necessária a responsabilização da USP e do município para promover políticas públicas habitacionais. Em caso de decisão favorável à desocupação, é preciso que haja um acompanhamento humanizado, sem que seja utilizada violência.

OUTRAS CRECHES Para Ana Helena, a situação de precariedade dos últimos sete anos para a Creche Oeste não parece ser um caso isolado. Ela afirma que o sucateamento e desvalorização são comuns para as creches uspianas: Central e Saúde. A falta de contratação de funcionários é um dos maiores desafios levantados por ela.

“Temos pessoas em número, mas com muitas restrições. As pessoas estão envelhecidas, tem um rodízio muito pequeno de ações repetitivas, o que acaba criando lesões”, diz. Além de contratações insuficientes, a terceirização também traz complicações para a própria organização da equipe, uma vez que, segundo a professora, não há

“Eles passaram o trator em uma margarida”

Ordem de despejo de moradores na Creche Oeste é quase certa.

Local deve virar CEI gerido pela Prefeitura

muito espaço para uma integração das atividades.

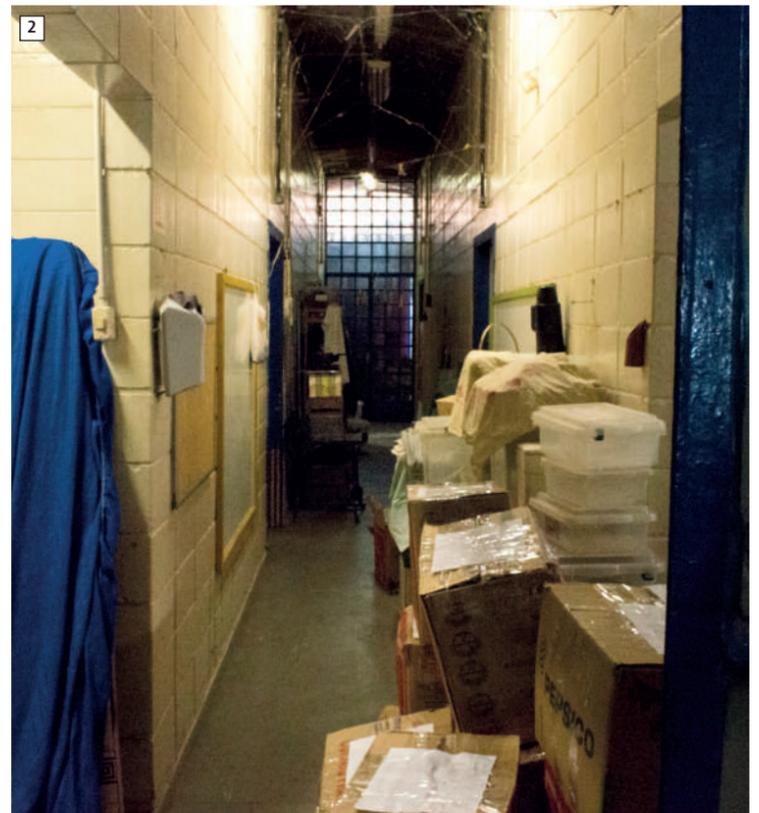
Ana Helena comenta também que existe uma resistência da direção da Universidade contra as creches em todas as etapas, desde a abertura e manutenção até a sobrevivência para não fechar. Sendo institucionalmente frágil, o maior apoio recebido partia da comunidade de professores e funcionários.

ENFIM, SOLUÇÃO? “Era uma creche que é difícil de existir de novo. Eles passaram o trator em uma margarida”, diz Ana Helena sobre o fechamento da Creche Oeste. Mesmo com a reabertura apresentada na Carta de Intenções da PRIP, as professoras e a representante da OCA concordam que a solução proposta ainda não contempla todas as complexidades envolvidas.

Ana Cristina, professora da Creche Central que também

participou da elaboração da Carta de Repúdio contra a proposta, explica que o plano da PRIP apresenta um caráter de terceirização – uma vez que seguiria o modelo de outros serviços associados à USP que passaram pelo mesmo processo – e que a reabertura não representa os três aspectos de sua função social: ensino, pesquisa e extensão.

Em resposta aos questionamentos feitos pelo JC, a PRIP não retornou às duas tentativas via e-mail, nos dias 2 e 6 de maio, até a data de publicação da matéria. A reportagem apenas recebeu um posicionamento via Assessoria de Imprensa da USP. Foi informado que o protocolo de intenções foi assinado em 2023 e que o documento tem vigência de 24 meses e, nesse período, estudos estão sendo realizados. Dessa forma, ainda não seria possível adiantar dados sobre a instalação do CEI no prédio da Creche Oeste.



Moradores da ocupação se organizam para deixar o prédio da Creche Oeste

▶ SEXUALIDADE

FODUSP, um jeito diferente de gozar das estruturas da USP

Universidade tem mapa informal de sexo em espaços públicos. Mesmo ilegal (ou por causa disso), o ato é fonte de prazer aos adeptos

ESTER DE BRITO, NICOLAS VAZ COELHO E SUELYTON VIANA [REPORTAGEM]

Imagine chegar em algum ponto da Cidade Universitária, perceber movimentações repetitivas, olhares inquietos e pessoas indo a um ponto específico, geralmente mal iluminado. Provavelmente, mesmo sem saber, você penetrou num “ponto do FODUSP”, onde pessoas, vinculadas à Universidade ou não, costumam fazer sexo.

Sim, não é lenda urbana. Estudantes criaram uma conta no Tumblr com mapa colaborativo marcando pontos onde já fizeram sexo pelo campus. A página, que também contém diferentes relatos, não é atualizada desde 2019. Mas, como sem sexo não há história e nem existência humana, há indícios de que alguns espaços da USP continuam sendo utilizados para mais do que estudar e conviver.

Outro indicativo é que o *Jornal do Campus* consultou alunos da universidade que aceitaram falar anonimamente sobre as experiências que tiveram. Como o perfil do *JC* não é o mesmo das publicações +18, nem todos os detalhes serão contados.

Parece não haver padrões para ver algum lugar dos cerca de 4,3 milhões m² da Cidade Universitária como um espaço propício para transar: Allice*, Kléber*, Jakelyne*, Vicente* e Samantha*, que se autodenomina “Ministra do boquete no carro”, são prova disso.

Allice, que já aproveitou a infraestrutura da USP para fins não acadêmicos com a namorada, comenta que conseguiu gozar de alguns bons minutos de intimidade com a amada nos banheiros do CEPEUSP. Ainda provando que no FODUSP tem espaço para o amor, Jaqueline diz que a primeira vez que utilizou o mapa foi quando encontrou um ficante da época e as coisas avançaram: “Começou com beijos num cantinho. Mão naquilo e aquilo na mão, chegou um ponto que os dois estavam mortos de tesão mas sem ter como ir em qualquer estabelecimento decente no meio da madrugada. Saímos USP afora procurando algum lugar isolado”.

Kléber, que só teve conhecimento completo sobre o mapa depois de uma volta pelo campus, lembra de mapear os ninhos de amor. “No meu segundo semestre fiz uma ronda depois da aula à noite para conhecer o ambiente, notei algumas movimentações e fui atrás pra descobrir o que era”, diz. Ele conclui alegando que a prática de sexo na USP o fez ganhar experiência acadêmica, pois conheceu diversos institutos e aprendeu coisas que não imaginava aprender.

Samantha tem uma forma de ação diferente: geralmente estaciona seu carro no estacionamento do prédio em que estuda, e quando encontra uma oportunidade, leva algum de seus interesses românticos ou sexuais. A experiência dela é como a de Vicente, que diz ter saudade de uma parceira que o fez ter bons momentos em diferentes banheiros da USP. A diferença é que ele também é aberto sobre utilizar o mapa do FODUSP como uma forma de expedição onde há contato sexual com desconhecidos, assim como acontece em diversos pontos de São Paulo, do Brasil e do mundo.

NA BOCA DOS ESPECIALISTAS

Quando o sexo a poesia dos sentidos, como escreveu Honoré de Balzac, os versos não se resumem à penetração. Sexo também pode ser pelo olhar, pela boca ou em toques sôfregos sem se despir. Essa busca pelo prazer faz com que surjam vertentes até mesmo nas práticas de transar em público, como o *cruising* e o *dogging*, que possuem características próprias.

O *cruising* é praticado geralmente por homens que buscam parceiros sexuais em espaços públicos. Já o *dogging* é uma prática exibicionista que acontece em locais semi-isolados, como estacionamentos ou parques, normalmente por casais heterossexuais, onde há a possibilidade de serem observados ou de terem a participação de estranhos.

A sexóloga Mariana Galuppo explica em entrevista ao *JC* que alguns dos motivos que podem levar as pessoas a sentirem prazer nessas experiências é o risco de serem pegos ou a excitação

de serem observados por outras pessoas. O anonimato também contribui, já que os envolvidos têm pouco risco de serem identificados e não precisam se envolver em conversas e flertes.

O psicólogo clínico e pesquisador Walter Miez, autor do artigo “Vista da Pegação: Corpo, Normas, Práticas e Discursos”, conta que a prática de sexo em lugares de uso comum não é datada historicamente, mas acompanha a jornada humana. “Acredito que desde o momento em que consideramos enquanto sociedade o que é espaço e o que é público, havia pessoas se apropriando daqueles lugares para o ato sexual”, diz.

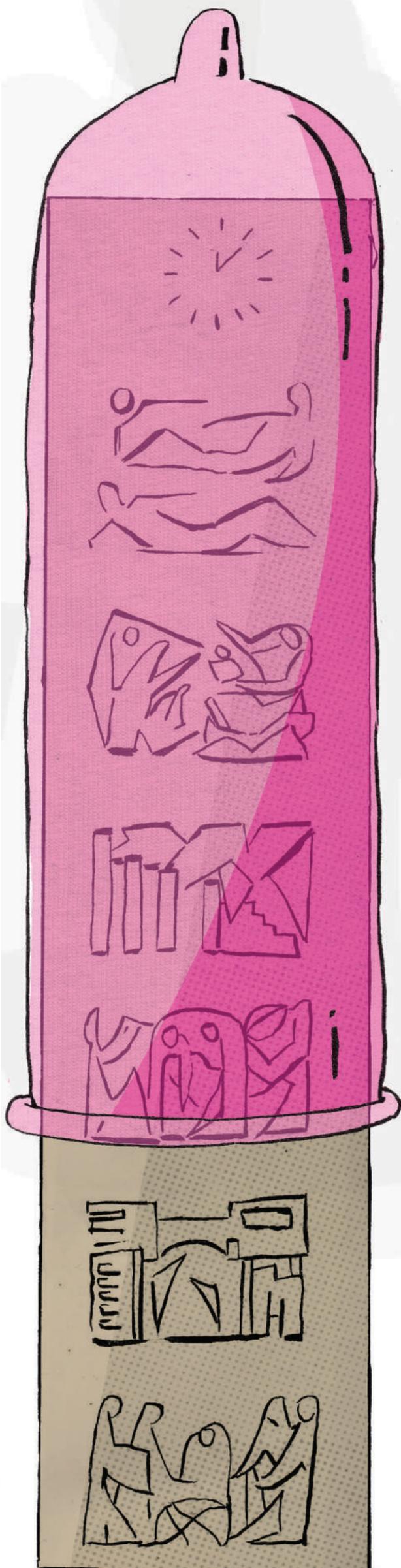
O especialista também explica que o sexo em lugar público não necessariamente é um fetiche. “As pessoas transam por quererem transar e por saber que, em determinados locais, a prática é possível”, como acontece com alguns dos pontos do FODUSP.

Walter comenta ainda que dois eventos se observam nesse fenômeno: a apropriação dos espaços possíveis para o ato sexual, considerando o anonimato como segurança para quem pratica, além da subversão dos ambientes, tornando o ato político ou excitante.

Ainda assim, o sexo em espaços públicos pode vir nutrido de complicações, como roubo, furto, atentado e extorsão, como conta o próprio estudo do pesquisador. Walter menciona que os sujeitos que vivenciam essas experiências reclamam, além da homofobia, de outras formas de violência. “Se queixam de extorsão e violências policiais que constroem casais de homens e quem cobra por sexo, além de fazerem ofensas misóginas às mulheres praticantes; se queixam também de roubos provocados por coletivos que se organizam para atacar essas pessoas”, diz.

Não custa lembrar, ainda, que a legislação pode ser, para alguns, brochante. Segundo o artigo 233 do Código Penal Brasileiro, é crime praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público. Pena: detenção, de três meses a um ano, ou multa.

*Nomes fictícios



▶ ARTIVISMO

THE CATEGORY IS...

Cenário *ballroom* batalha por espaço dentro da USP e traz brilho e visibilidade aos grupos minorizados

CAIO ANDRADE, MARIA FERNANDA BARROS
E LUANA TAKAHASHI [REPORTAGEM]

O *ballroom* – em tradução livre “salão de baile” –, é um cenário artístico, performático e ativista que surgiu na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, na década de 1970. No Brasil, esse movimento se iniciou principalmente nos anos 2000 e, atualmente, é experimentado em todo o território nacional – inclusive, na Universidade de São Paulo (USP).

A cena *ballroom* é uma festa em que os corpos LGBTQIAPN+, principalmente dissidentes – corpos que desafiam, rejeitam ou divergem das normas sociais e tradicionais de gênero, sexualidade ou identidade – e racializados, são a celebração. Nos bailes, existem diversas categorias, em que famílias ou casas são julgadas por antigos membros do cenário *ballroom* e animados pelo chanter, uma espécie de comentador e narrador das performances.

As categorias podem ser voltadas para passarela e moda (que são conhecidas como runway), de comportamento (conhecidas como realness) e as dançantes (voguing). Dentro de cada uma delas, existem ramificações e diferentes maneiras de se expressar e enaltecer as corporeidades e as racialidades dessa comunidade. “*Ballroom* é uma comunidade que se volta para o corpo enquanto estratégia de guerrilha. É você se colocar na fantasia de ser aquilo que o sistema não projeta sobre seu corpo e assumir a autoria de seu discurso”, diz JP Tourinho, artista do cenário *ballroom* e estudante de Artes Cênicas na USP.

BALLROOM NA USP Quando trazida para dentro da Universidade, a semente da *ballroom* não encontrou solo fértil em uma USP pouco simpática a corpos dissidentes e racializados. No início, os bailes eram em locais que só a comunidade sabia onde acontecia. “Aqueles corpos estavam fugindo da exotificação. Então, dentro do espaço universitário, com maioria branca e cis, cria-se um espaço complexo de desconforto, mas importantíssimo, porque é sob esse desconforto que as coisas mudam”, reitera JP.

Recentemente, a Prainha, um espaço de vivência estudantil dos alunos da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP

recebeu a deputada federal Erika Hilton, anunciada para subir ao palco em uma performance da House of Cabal, casa da cena *ballroom* nacional.

O responsável por apresentar a parlamentar ao público no evento foi o chanter Eremita, que além de narrador de performances, é estudante de Ciências Biológicas no Instituto de Biociências da USP. A partir de sua vivência como aluno da Universidade, Eremita questiona se o espaço é realmente capaz de receber corpos dissidentes e vê a cultura *ballroom* como uma ferramenta para viabilizar esse acolhimento.

Com o aumento das discussões e reivindicações por cotas trans na USP, a presença da cena *ballroom* no campus se torna ainda mais relevante. “Se conseguirmos as cotas trans, como essas pessoas vão ser recebidas? A permanência delas vai ser existente? Ter a *ballroom*, um espaço com pessoas trans, é muito importante para que elas se reconheçam na Universidade”.

Há também quem só conseguiu entrar no meio acadêmico e profissional graças à *ballroom*, relata Fênix Zion, ativista, multiartista e integrante da House of Zion. Elu conta que a comunidade pode ampliar as perspectivas de diversos participantes da cena ao promover debates educativos sobre saúde e empregabilidade: “A *Ballroom* reúne pessoas negras, trans, pessoas vivendo com HIV, indígenas, pessoas em situação de vulnerabilidade social e situação de rua. Cada vez trazemos mais gente para esse processo de educação por meio dos bailes e das casas”.

A recuperação da autoestima dos corpos dissidentes é um pilar do processo de educação da comunidade *ballroom*. “Através da autoestima, você começa a ter uma perspectiva de vida, a ter certeza que consegue acessar a universidade, aquele emprego e a tentar acessar espaços que até então nunca imaginou acessar”, explica a artista.

BARREIRAS A primeira *ballroom* na Universidade aconteceu no ano passado, organizada pelo DCE (Diretório Central dos Estudantes) Livre e o Canil (espaço e fluxo de cultura da ECA). Mesmo com dificuldades para sua promoção, o evento abriu

portas para a difusão da cultura *ballroom* e de seus significados artísticos e de resistência para dentro do Campus.

Uma tentativa de trazer o *ballroom* para a USP já havia sido feita anos antes, mas ela ficou fadada a não sair do papel. “É muito caro trazer os artistas e pagar a infraestrutura. Na época, o Canil não tinha como arcar”, explicou Helen Mendes, aluna de Educomunicação e organizadora da primeira *ballroom* na Universidade. Ela conta que o evento foi financiado sem nenhum auxílio institucional. Marcos Bulhões, professor e coordenador do curso de Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes também comenta sobre a estrutura burocrática da USP: “Fazemos esse tipo de ação quase como uma atitude de ativismo dentro da própria Universidade, de hackeamento do sistema, e contando com a generosidade das pessoas que vem para cá falar de graça”.

A ausência de interesse por parte da comunidade USP também parece ser um empecilho para a instalação da cultura. “Falta a gente conseguir acessar esse espaço, de ter interesse dos órgãos da USP, dos centros acadêmicos e também das pessoas para pesquisarem sobre o tema”, entende o chanter Eremita. A inviabilização do movimento também ocorre quando não se considera outras formas de saberes além dos hegemônicos: “É muito importante que a Universidade se abra cada vez mais para saberes que vêm também do corpo e de contextos que não descendem dessa cultura anglo-saxônica, eurocentrada e normativa”, explica Bulhões.

Para Helen, o principal intuito ao promover a primeira ball era aproximar a comunidade universitária dessa cultura. Apesar disso, a organização se deparou com um número reduzido de pessoas da própria Universidade, e o maior público que compareceu foi externo. “Precisamos de que mais pessoas tenham informação e participem”, convida a aluna. “Espero que a Universidade consiga entender, de uma vez por todas, que o cenário *ballroom* chegou para ficar e é muito potente. A Universidade de São Paulo precisa ceder para ganhar”, conclui Fênix Zion.



A performer Kiara Cabal em ballroom na ECA

Os Pereira

SUELYTON VIANA

[EM UMA EXPERIÊNCIA DE AUTOFICÇÃO]

Mais um jantar na casa de Joana, o silêncio ocupava um lugar espaçoso à mesa, quebrado agudamente pelas garfadas que ela, os pais e o irmão davam nos pratos. Até o pai tentar quebrar o gelo, com a voz cansada por mais uma terça-feira.

— E como anda a faculdade?

— Está bem legal! Depois dessas férias começo a pesquisa pro meu projeto de iniciação científica, quero pesquisar sobre a literatura galego-portuguesa e...

— Iniciação centrífuga, que amostrada! — cortou seu irmão, Luiz, rindo.

Os pais apenas se entreolharam, pois esse era o sentimento geral na casa. A filha agora falava palavras difíceis para eles que não terminaram nem o ensino fundamental, acrescentando mais uma dificuldade de interpretação no relacionamento com a moça que já estava distante por ter ido estudar na capital. O patriarca logo tenta retomar:

— Tenho muito orgulho de você, mesmo não entendendo tudo o que você faz.

— Filha, a Maria perguntou qual faculdade você faz. Eu falei que era Pedagogia, né?

— É Letras, mãe.

— E não é a mesma coisa pra ser professora?

— Na Letras eu tô estudando pra dar aula pra crianças mais velhas e adolescentes.

— Ah, sim. Na minha época era só fazer magistério — a mãe responde com certo desinteresse, até se ocupar de assuntos que fossem mais urgentes para a família, como o preço do azeite.

Joana esperava esse fim comum de todas as conversas sobre sua faculdade, sabia da feli-

cidade dos pais em ter uma filha estudante da maior universidade da América Latina e também sabia que talvez trouxesse ainda mais felicidade se já trabalhasse e ajudasse com as contas de casa, em vez de “só” estudar. Na família Pereira, ainda na adolescência, a carreira de empregada doméstica ou operário já fazia parte da realidade de cada membro.

Tentou retornar ao que estava em pauta na cozinha, mas era cansativo desmentir as fake news sobre o assunto do momento que os parentes recebiam pelas redes sociais. Não queria abusar do estigma de “sabe-tudo” da casa e guardava sua opinião para momentos mais críticos.

Dali se seguiu mais um silêncio até que todos dessem as boas noites e se retirassem para seus quartos. A volta para o quarto era sazonal: só regressava a Hortolândia nos feriados prolongados e férias.

O cômodo cor-de-rosa guardava as marcas de uma estudante que estava destinada a ser a primeira da família a ingressar no ensino superior: post-its com fórmulas e mais fórmulas matemáticas estavam perto da mesa onde passou horas estudando.

E foi vislumbrando esse passado que ela chegou no último semestre, em um misto de orgulho e nostalgia: lembrou da felicidade ao abrir a lista de aprovados da universidade, da dificuldade de achar moradias baratas na cinzenta cidade de São Paulo e das palestras de coletivos estudantis que falavam de pertencimento universitário.

As bolsas que recebia da universidade eram essenciais para continuar morando perto da instituição, mas na maioria dos

momentos se sentia distante dos colegas que tinham poder aquisitivo e bagagem cultural maiores. Nos momentos de desespero, pensava que as cotas foram um erro, já que essa tentativa de reparação a colocava no mesmo lugar que pessoas que tiveram menos dificuldade para ingressar, entretanto o ambiente não foi pensado para acolher pessoas como ela.

Até estudar o que ama a fez questionar se aquele era o lugar a que pertencia, afinal os professores nem sempre falavam de forma clara para quem teve um ensino básico defasado. Se em vários momentos da adolescência tinha sido o destaque das turmas em que estudou, a maioria ali parecia alunos mais preparados de escolas de ensino médio melhores.

Mas talvez o que mais doesse fosse entender que sua criação com poucos livros na estante e muitos minutos em frente à televisão, uma das únicas formas de lazer que cresceu tendo acesso, a fazia ficar de lado em várias conversas que iam desde literatura russa e movimento tropicalista a filmes de Almodóvar. Mesmo com essas inseguranças, em casa era como se agora ela represen-

tasse essa imagem para a família: uma figura imponente, segura, de futuro brilhante, dicionário na ponta da língua e acesso ao tipo de cultura que é bem-visto.

Esse sentimento de inadequação se repetia todas as vezes que conhecia um lugar novo, como um bar de decoração bonita no qual a água mineral custa 7 reais. Pensava em como queria apresentar o espaço para a família e até imaginava o que cada um pediria do cardápio. Eles nunca teriam o que ela tem, nunca iriam a todos os lugares que ela vai. Estava vivendo sonhos que os pais, avós, bisavós e gerações anteriores sequer tinham a oportunidade de imaginar, mas nunca saberia se estava vivendo certo porque nunca teve referência de como estar ali, distante da origem e do destino, uma estrangeira onde quer que fosse.

Na família Pereira, ainda na adolescência, a carreira de empregada doméstica ou operário já fazia parte da realidade de cada membro

